

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

**A EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM VÁRZEA PAULISTA – SP: A
INCUBADORA PÚBLICA E O EMPREENDIMENTO CASA DA BELEZA**

Juliana Giolo Zancheta

Prof.Dr. Auro Aparecido Mendes

Rio Claro (SP)

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

JULIANA GIOLO ZANCHETA

A EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM
VÁRZEA PAULISTA – SP: A INCUBADORA PÚBLICA E O
EMPREENHIMENTO CASA DA BELEZA

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2012

Zancheta, Juliana Giolo

A experiência de Economia Solidária em Várzea Paulista – SP: A Incubadora Pública e o Empreendimento Casa da Beleza / Juliana Giolo Zancheta – Rio Claro: [s.n] , 2012.

54: Il., figs., gráfs., fots. + mapa

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado – Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Orientador: Auro Aparecido Mendes

1. Economia Solidária 2. Incubadoras Públicas 3. Empreendimentos Solidários

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo a Deus por mesmo eu tendo me afastado Dele na maior parte de minha faculdade, Ele não ter se afastado de mim.

Agradeço aos meus pais, José e Aparecida por absolutamente tudo. Cada um de seus atos foi uma oportunidade que eu tive para crescer e me tornar o que sou. Às minhas irmãs, Heloisa e Vitória, pelo apoio e amor incondicional e que felizmente posso dizer ser recíproco.

Agradeço aos professores do Colégio Santa Maria, que fizeram de seu projeto de vida a educação e pelo amor e dedicação que tiveram no ofício de ensinar, atos que me inspiram hoje e sempre.

Ao Professor Auro Aparecido Mendes pelo tempo e paciência a mim dedicados e pelo espírito crítico o qual espero, pelo menos em parte, ter adquirido.

A todos os professores do curso de Geografia, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento deste trabalho, em especial ao Professor José Gilberto Souza, que apesar de todos os embates travados em sala de aula, sempre se mostrou justo e claro em suas ações, e por isso ganhou minha admiração. E a Professora Silvana Maria Pintauidi, que mesmo com o pouco tempo de convivência, conseguiu me ensinar mais do que eu aprendi em anos de vida.

Agradeço a todos os amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes, em especial à Maria Luisa Branco Soares e à Larissa Ikeda Piedade, pessoas com quem dividi todas as minhas alegrias e angústias durante estes anos de faculdade.

Enfim, agradeço a toda equipe da Economia Solidária do Município de Várzea Paulista, todos aqueles que me acolheram com muito carinho, Rose, Vale, Sérgio, Seu Luiz, Luciane, Gyane, ao prefeito Eduardo que foi muito solícito, e principalmente as meninas do Grupo Única, a Beth, a Lilian, a Joésia e a Silvanira, que me permitiram entender melhor como é a vida delas.

“Não é no silêncio que os homens se fazem,
mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a experiência de Economia Solidária no Município de Várzea Paulista – SP e, a partir da incubação do empreendimento de estética Casa da Beleza.

Assim sendo, é preciso traçar um panorama histórico da Economia Solidária no Brasil, para entender como e porque ela se desenvolveu em território nacional, como se tornou políticas de Estado, no cenário nacional, bem como no municipal.

A pesquisa discute ainda, qual o papel do Governo no desenvolvimento da Economia Solidária, na promoção de políticas sociais e de desenvolvimento local, tendo como grande questão norteadora: Qual o papel do Governo de Várzea Paulista na promoção de políticas sociais de Economia Solidária?

Por último, esta investigação científica busca compreender de que forma a Economia Solidária provoca mudanças das condições sociais do ponto de vista das mulheres que estão incubadas pelo empreendimento Casa da Beleza.

Palavras-chave: Economia Solidária, Incubadoras Públicas, Empreendimentos Solidários

ABSTRACT

This study aims to analyze the experience of Solidarity Economy in the City of Várzea Paulista - SP and from the incubation of the enterprise of aesthetics *Casa da Beleza*.

Therefore, we need to present a historical overview of the Solidarity Economy in Brazil to understand how and why it has been developing in the country, as it has become State policies on the national scene, as well as on municipal.

The research also discusses what the role of government in the development of the Solidarity Economy, promotion of social policies and local development, with the big question: What is the role of government in promoting Várzea Paulista social policies Solidarity Economy?

Finally, this research seeks to understand how the Solidarity Economy causes changes in social conditions from the point of view of women who are venture incubated by *Casa da Beleza*.

Keywords: Solidarity Economy, Incubators Public Enterprises Solidarity

Índice de figuras

Gráficos:

Gráfico 1: Brasil: Taxas Médias Anuais de Variação entre 1940/80 e 1980/2000 dos Segmentos Organizados e Não Organizados do Trabalho Urbano

Tabelas:

Quadro 1- Relação das Universidades que possuem Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCP'S)

Fotografias:

Foto 1 – Fachada do Armazém da Cidadania

Foto 2 – Armazém da Cidadania

Foto 3 – Centro Público Municipal da Economia Solidária de Várzea Paulista – SP

Foto 4 – Fachada do Banco Comunitário Orquídea na Vila Real, Várzea Paulista –SP

Foto 5 – Mural que conta a história do Banco na Comunidade da Vila Real

Foto 6 – Moeda Progresso

Foto 7: Incubadora Pública de Empreendimentos Casa da Beleza, Várzea Paulista – SP

Foto 8 – Silvanira, a massagista, recebendo seu certificado de participação do curso

Foto 9 – Beth, a manicure, recebendo seu certificado

Foto 10 – Prefeito Eduardo Pereira e a participante Joésia, cabeleireira, na Casa da Beleza

Fotos 11 e 12: Lilian, em sua rotina como designer de sobancelha e manicure.

Fotos 13 e 14 – Joésia, em sua rotina como cabelereira.

Foto 15 – Tabela de Preços do Salão

SUMÁRIO

1. Introdução	09
2. Uma Breve Introdução ao Conceito de Trabalho no Capitalismo	12
2.1 A Reestruturação Produtiva e a Organização do Trabalho no Brasil	14
3. Uma breve história da Economia Solidária no Brasil	17
3.1 As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares	20
3.2 A Economia Solidária como Política Pública	24
4. A Economia Solidária no município de Várzea Paulista	31
5. O empreendimento solidário Casa da Beleza	39
6. Considerações Finais	49
7. Referências Bibliográficas	51

1. Introdução

Esta pesquisa foi realizada no Município de Várzea Paulista- SP, localizado a 57 quilômetros da capital do Estado de São Paulo. A cidade pertence à Região de Jundiaí, e limita-se ao sul com Campo Limpo Paulista e a norte, leste e oeste com Jundiaí.

É a segunda maior cidade dessa região, de acordo com o censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) sua população é de 107.089 habitantes.

A história de Várzea Paulista começa em 1867, quando os ingleses construíram a estrada de ferro que liga Santos a Jundiaí. A estrada passava por uma várzea campesina, com um saliente acidente geográfico e as águas cristalinas do rio Jundiaí.

Várzea era um distrito de Jundiaí, seu nome fazia alusão ao terreno ribeirinho, baixo e plano, situado às margens de um rio. Em março de 1965 o bairro foi elevado a município de Várzea Paulista. O Paulista no nome da cidade surgiu como identificador de mais uma conquista dos bandeirantes.

A boa localização junto à estrada de ferro e o pioneirismo econômico renderam à Várzea Paulista uma situação privilegiada em relação à quantidade de indústrias instaladas. Elevado à categoria de município com a denominação de Várzea Paulista, pela lei estadual nº 8092, de 28 fevereiro de 1964, desmembrado do município de Jundiaí, constituindo-se como distrito sede em 21 de maio de 1965. A partir da emancipação e até aproximadamente 1972, ocorre a organização da estrutura administrativa da Prefeitura recém-instalada, cadastrando as propriedades imobiliárias, as fábricas e casas comerciais para o lançamento de impostos.

Também tem início o alargamento de ruas e assentamento de guias e sarjetas. Com o passar do tempo, começa o serviço de saúde e a construção do primeiro conjunto habitacional, edificando dezenas de unidades no bairro da Promessa. Foram também adquiridos, através de desapropriação, os galpões do atual Paço Municipal. Criaram-se mecanismos para aumentar o parque industrial, atraindo as primeiras fábricas da Várzea Paulista emancipada.

Atualmente Várzea Paulista se destaca no âmbito industrial, tendo instalado diversas empresas de origem estrangeira, dentre elas destaca-se a Alemã Continental Teves, KSB Bombas Hidráulicas e a Elekeiroz, pertencente ao grupo ITAUSA.

A cidade hoje é conhecida em âmbito nacional e internacional como a cidade das orquídeas, possuindo um dos maiores orquidários da América Latina e outros diversos espalhados

A escolha deste município aconteceu através do contato realizado ao longo do ano de 2011 com as pessoas comprometidas com a Economia Solidária no município, dentre elas os funcionários do Centro Público, a Secretária do Desenvolvimento Social Giany Pova, a responsável pela Unidade de Economia Solidária Luciane Mosca e o próprio prefeito da cidade Eduardo Pereira.

A opção pelo empreendimento da Casa da Beleza se deu em razão deste empreendimento ser o primeiro projeto a ser incubado no município.

A pesquisa fundamentou-se no método materialista histórico-dialético, pois parte de duas premissas fundamentais, a primeira é a de que o homem não nasce indivíduo, mas se faz indivíduo, como ser e sujeito histórico que ele é, e a segunda é de que um processo sócio-histórico não se constitui algo acabado, pronto, imutável, mas como algo dinâmico, mutável, como um conjunto de processos.

Sobre este método o filósofo tcheco Karel Kosik escreve: “(...) é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade, é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico.” (KOSIK, 1989, p.32).

Marx (1974, p.122-3) argumenta que para lidar com qualquer fenômeno sócio-histórico, tem-se de levar em conta as relações entre o todo e as partes. Desse modo, a categoria da totalidade assume uma posição central na abordagem da dialética marxista, para o conhecimento da totalidade do processo histórico. A compreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade fundamenta-se na dialética entre particularidade e universalidade.

O filósofo húngaro Georg Luckács (1970, p. 126), mostra que nos nexos existentes entre o particular (as partes) – universal (o todo) reside o fundamento que sustenta uma autêntica e verdadeira aproximação e compreensão da realidade. Em sua expressão singular, o fenômeno revela o que é em sua imediatez (sendo o ponto de partida do conhecimento), em sua expressão universal revela suas complexidades, suas conexões internas, as leis de seu movimento e evolução enfim, a sua totalidade histórico- social.

Ainda segundo Luckács (1970 p. 126), o particular representa para Marx a expressão lógica da categoria de mediação entre o específico (singular) e o geral (universal), que não podem ser compreendidos de modo isolado e por si mesmos.

Como categoria de análise desta pesquisa, estabelece-se a totalidade como o processo histórico da Economia Solidária no Brasil para desta forma poder investigar a manifestação deste fenômeno em sua singularidade expressa pelo fenômeno da Economia Solidária em Várzea Paulista –SP.

Desta forma, essa pesquisa leva em conta a análise de dados secundários que desvelam a universalidade do fenômeno da Economia Solidária e seu processo histórico no Brasil e dentro deste contexto, o desenvolvimento das Incubadoras Tecnológicas Populares, primeiro dentro das universidades e, em seguida, como política pública e estratégia de desenvolvimento local.

Já os dados primários como os depoimentos dos agentes envolvidos com a Economia Solidária no município, em especial das integrantes do empreendimento solidário Casa da Beleza, caracterizam a singularidade do fenômeno da Economia Solidária no município de Várzea Paulista.

A análise dialética entre as universalidades e as particularidades desse fenômeno sócio-histórico, no município de Várzea Paulista, busca compreender a relação destas mulheres com a Economia Solidária, e a percepção delas com relação a questões como geração de renda, emancipação e as relações de trabalho vividas cotidianamente por elas.

Para compreendermos este movimento local, é necessário elucidar o modo como este movimento surgiu no mundo, seu desenvolvimento no território brasileiro e suas diversas manifestações neste espaço.

2. Uma Breve Introdução ao Conceito de Trabalho no Capitalismo

No século XIX, o filósofo alemão, Karl Marx analisou a relação Capital X Trabalho, segundo ele, o trabalho é a transformação da natureza, ou seja, a partir de uma necessidade objetiva/material o homem domina a natureza e a transforma, criando instrumentos e colocando a natureza sob seu serviço, tendo assim condições sobreviver. Ainda segundo Marx, todo processo de trabalho é um processo de transformação da natureza, mas ao transformá-la, o homem também transforma a si mesmo. (NETTO, 2004, p.53)

Cada vez que ele transforma a natureza no processo de trabalho, o homem é capaz de analisar as melhores formas de produção, aliando qualidade à quantidade e desenvolvendo novas tecnologias para suprir suas próprias necessidades, daí tem-se aquilo que se chama de modo de produção.

O trabalho ao longo da história foi apropriado por diferentes formas de organização societária. O modo de organização vigente na sociedade é o modo de produção capitalista, este sistema econômico surge na queda do sistema feudal e com crescimento do comércio, principalmente através das expansões marítimas, cresciam também as rotas de comércio terrestres e as feiras de artesãos foram se transformando em pequenas cidades que eram chamadas de “burgos”. Nos burgos começaram a surgir ricos comerciantes que eram chamados de “burgueses”, eles controlavam o trabalho dos artesãos, e passaram a organizá-los em manufaturas, que são grandes oficinas onde os burgueses disponibilizavam matéria prima, instrumentos de produção e os artesãos trabalhavam em troca de um salário. Toda produção era de propriedade do burguês. (NETTO, 2004, p. 56)

Tem-se então, duas grandes características do nascimento do sistema capitalista: A apropriação privada dos modos de produção e a exploração da força de trabalho assalariada. No capitalismo o trabalhador não é proprietário de nada: nem as ferramentas, nem o produto do trabalho. Tem apenas a sua força de trabalho para vender como mercadoria em troca de um salário. (WOOD, 2001, p. 20)

Foi na manufatura que também operou a divisão social do trabalho, na qual cada trabalhador, através de uma tarefa simples, fazia apenas uma parte do produto final. Tal divisão do trabalho proporcionou um aumento enorme da produção, em comparação com o sistema anterior baseado na produção artesanal. (DURKHEIM, 1995, p. 07)

O surgimento da máquina a vapor na Grã-Bretanha foi o passo que permitiu a transformação da manufatura em indústria. A chamada Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, foi o período de muitas invenções e descobertas: a eletricidade, a siderurgia, a ferrovia, etc. A partir da Revolução Industrial, a contradição Capital X Trabalho se tornou mais acirrada, quanto mais se produzia, menos condições humanas possuíam os trabalhadores. (WOOD, 2001, p. 32)

O capitalismo é um sistema econômico e político que dividiu a sociedade em duas classes distintas nas quais as relações de poder se dão entre aqueles que têm a propriedade privada dos meios de produção (conhecimento, matéria prima, ferramentas, força de trabalho e capital) e aqueles que possuem apenas a força de trabalho. (DURKHEIM, 1995, p.10)

Pensar a lógica da economia significa pensar em uma série de fatores, tanto de produção, distribuição, quanto de consumo. (MARX, 1974, p.67)

Os trabalhadores vendem sua força de trabalho para o burguês, as horas de trabalho por dia produzindo as mercadorias são materializadas no valor do salário, uma vez pago o salário de mercado pelo uso da força de trabalho, o capitalista pode lançar mão de duas estratégias para ampliar sua taxa de lucro: estender a duração da jornada de trabalho mantendo o salário constante - o que ele chama de mais-valia *absoluta*; ou ampliar a produtividade física do trabalho pela via da mecanização - o que ele chama de mais-valia *relativa*, parte integrante do lucro do capitalista e responsável por manter a indústria sempre em crescimento. Com tais lucros, os donos do capital melhoram as suas fábricas, adquirem máquinas e outros meios de produção, para explorar mais trabalhadores, produzir mais mercadorias e conseguir mais lucros. (WOOD, 2001, p.40)

Como ressalta Hobsbawm (1995, p. 160) ao longo do tempo a exploração capitalista foi se sofisticando, com o aprimoramento das técnicas, das ferramentas e o avanço do conhecimento científico, passando pela era industrial e chegando ao que se denomina atualmente de capitalismo financeiro ou pós-moderno.

Segundo Amorim, Moreira e Ipiranga (2006, p.3), nesta fase “pós-moderna”, não há mais aquele modelo de indústria, em que havia a esteira, onde o produto era fabricado em série, atualmente a produção não se concentra em apenas um lugar, ela se distribui geograficamente de acordo com as vantagens oferecidas ao custo da produção, ou seja, há mão de obra mais barata, tecnologia e conhecimento, essa “especialização flexível” gera uma concentração do lucro cada vez maior na mão dos donos dos meios de produção, e faz com que haja também uma exploração

maior ainda do proletariado; aumentando ainda mais aquilo que Karl Marx denominou de exército de reserva, ampliando o desemprego e a informalidade.

2.1 A Reestruturação Produtiva e a Organização do Trabalho no Brasil

Alves (2000, p. 4) nos apresenta um panorama do processo de reestruturação produtiva, ocorrido no Brasil na década de 1980 que o autor denomina de “complexo de reestruturação produtiva” tem sua origem na crise dos países capitalistas centrais, ocorrida na década de 1970, quando a longa depressão impulsionou a criação de novos métodos de produção e de gestão da força de trabalho.

A crise gerou uma desaceleração do ciclo de industrialização e uma desestruturação do mercado de trabalho. O Brasil ingressou na mais longa crise de desenvolvimento, que se intensificou principalmente a partir da década de 1990, neste período observou-se no mundo, uma aceleração das transformações tecnológicas e econômicas, acionadas pelo rápido avanço tecnológico e pela globalização, que associados à política neoliberal, (BARROS, 2003, p. 36)

Conforme Barros (2003, p. 36), as mudanças na organização da produção, com a crescente automação e utilização das tecnologias de informação e no mundo do trabalho, com a adoção de outros modelos de gestão que não só “taylorista-fordista”, produziram novas nuances para a organização dos trabalhadores, consagrando o toyotismo como um modo de organização da produção cujos princípios e dispositivos estão voltados para adequar a produção de mercadorias às determinações do novo regime de acumulação de capital.

No decorrer da década de 1990, observou-se no mundo, uma aceleração das transformações tecnológicas e econômicas, acionadas pelo rápido avanço tecnológico e pela globalização, que associados à política neoliberal, que atendeu e continua atendendo atualmente, cada vez mais, aos grupos hegemônicos capitalistas, fortalecendo os níveis de concentração de capital, riqueza e renda. (BARROS, 2003, p. 37)

Ainda segundo a autora, o Estado teve sua atuação cada vez mais diminuída na regulação da relação capital-trabalho e no atendimento das demandas sociais, no bojo destas mudanças percebe-se um processo de desestruturação do mundo do trabalho, com um aumento do desemprego e à perda de poder dos sindicatos, que assumem um caráter cada vez menor de

negociação e busca pela manutenção dos empregos. Com a diminuição e precarização dos empregos formais, tem-se um aumento significativo da informalidade e da terceirização.

“Uma relevante parcela da classe-que-vive-do-trabalho representa hoje, um “exército de desempregados” com novas dimensões: a dificuldade de encontrar o primeiro emprego; trabalhadores com baixo nível de escolaridade são considerados desqualificados, mesmo os que adquirem as mais variadas “qualificações”; o desemprego atinge tanto as camadas empobrecidas como as camadas média da sociedade; a permanência do desemprego leva grande parte da classe-que-vive-do-trabalho a buscar diferentes formas de sobrevivência.” (BARROS, 2003, p.38)

Conforme Pochmann (2004, p.26) demonstra nos Gráfico 1, a seguir, no período entre 1940-1980 e entre o período entre 1980-2000 houve a elevação da participação das ocupações nos segmentos não-organizados da economia urbana, principalmente no setor terciário.

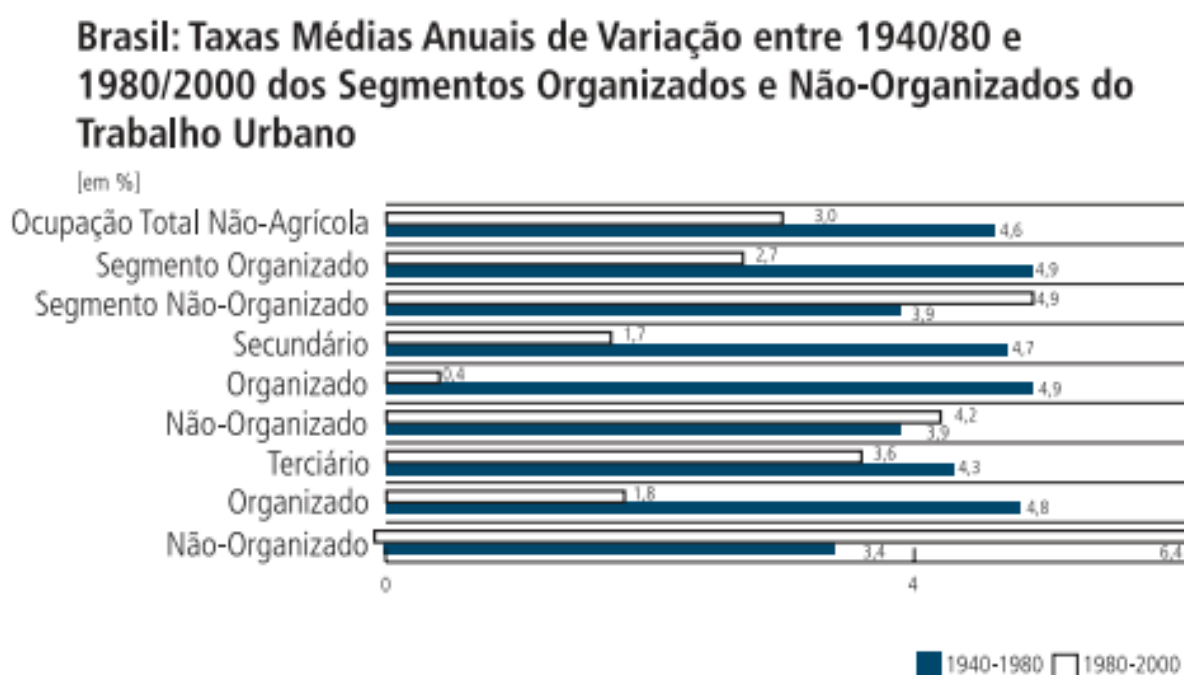


Gráfico 1: Brasil: Taxas Médias Anuais de Variação entre 1940/80 e 1980/2000 dos Segmentos Organizados e Não Organizados do Trabalho Urbano

Fonte: POCHMANN, 2004, p. 26

A parcela excedente da força de trabalho teve de encontrar alguma outra forma de ocupação e geração de renda, somente possível no âmbito dos segmentos não organizados do trabalho.

Esse novo contexto agressivo e violento de deslocamento do assalariamento e do conjunto do trabalho organizado produz — simultaneamente ao sofrimento humano — novas experimentações na gestão de ocupações e na geração de renda. (POCHMANN, 2004, p.29.)

Dados mais recentes de uma pesquisa sobre Economia Informal Urbana (ECINF) para o ano de 2003, realizada pelo IBGE em parceria com o SEBRAE, apontam que a economia informal gerou neste mesmo ano R\$ 17,6 bilhões de receita e ocupou um quarto dos trabalhadores não agrícolas do País.

A pesquisa aponta que dentre as pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, 69% eram trabalhadores por conta própria, 10% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 6% trabalhadores com carteira assinada e 5% não remunerados. Essas proporções pouco se alteraram em relação a 1997. Na maior parte das categorias predominava o sexo masculino (64% do total de pessoas ocupadas), com exceção de não remunerados, onde 64% eram mulheres – o que correspondia a 3% da população ocupada. (IBGE, 2003)

3. A Economia Solidária no Brasil

Neste cenário econômico brasileiro surge o movimento da Economia Solidária como resposta à pobreza e ao desemprego e como uma possibilidade e uma alternativa a geração de renda destes trabalhadores.

Segundo Singer (2002, p. 13), a Economia Solidária é:

“(...) um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)” (SINGER, 2002, p 13).

Conceitualmente Singer (2002, p.13) compreende a Economia Solidária como um conjunto de atividades de produção, distribuição, consumo e crédito para geração de trabalho e renda, baseada no trabalho coletivo, na cooperação, na autogestão e nas diversas formas de compartilhamento, buscando o benefício social e o cuidado com o meio ambiente.

Essas práticas privilegiam o desenvolvimento comunitário e sustentável, a promoção humana e a justiça social, a igualdade de gênero, raça e etnia, a democratização do acesso à informação e ao conhecimento. A força de trabalho é coletiva. Os meios de produção são coletivos. Os bens e serviços produzidos são de controle e gestão coletiva dos participantes de cada empreendimento em questão. Conforme Singer (2002, p. 15) fazem parte da Economia Solidária:

- Organizações e grupos de crédito solidário;
- Grupos produtivos e/ou culturais informais,
- Associações, cooperativas de produção, comercialização, de trabalho, de consumo solidário ou de serviços;
- Cooperativas sociais (pessoas portadoras de necessidades especiais);
- Bancos populares e comunitários;
- Fundos rotativos e cooperativas de créditos;
- Redes de empreendimentos, produtores e consumidores;
- Grupos e clubes de troca;
- Empresas e indústrias falidas recuperadas pelos trabalhadores, e auto gestionárias.

É difícil precisar a história deste movimento, já que ao longo do tempo muitos fatos novos foram surgindo em diferentes lugares do país para fortalecer o movimento nacional de Economia Solidária.

Alguns autores como Paul Singer (2000a, 2000b, 2002, 2003 e 2009), Antonio Cattani (2003), Luís Inácio Gaiger (2004), Boaventura de Sousa Santos (2005), Rosângela Barbosa (2007) e Débora Nunes (2009), além dos documentos elaborados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, apresentam em suas obras fragmentos e aspectos desta história, que foram reunidos aqui neste trabalho de pesquisa.

No Brasil, este movimento surge, provavelmente, como resposta à grande crise de 1981-1983, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, entram em processo de falência e seus empregados se unem para recuperá-las. As primeiras experiências se registraram nesta época, entre 1980 e 1990, principalmente através da ação de ONGs e da Cáritas.

A partir dos anos 1990, as experiências se davam apenas em âmbito regional, sem grandes forças como um movimento nacional.

Em 1998 no Encontro Latino Americano de Cultura e Socioeconomias Solidárias em Porto Alegre-RS, elaborou-se a “Carta de Porto Alegre” em que se definiu o entendimento da economia solidária como uma alternativa social para a internacionalização do capital e a pobreza dos países periféricos.

Nos ano 2000 aconteceu o I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomias Solidárias em Mendes-RJ. Neste encontro foi criada a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

(RBSES), com o objetivo de construir redes regionais, para fortalecer, divulgar e articular os grupos produtores e consumidores a fim de dinamizar a cadeia produtiva da economia solidária.

Entre 2001 e 2004 ocorreram quatro edições do Fórum Social Mundial, três em Porto Alegre-RS e uma na Índia, em que os debates e intercâmbios foram crescendo e ganhando as principais atenções do evento.

Durante o Fórum Social Mundial de 2001 em Porto Alegre, foi instituído do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, formado pelas seguintes entidades: RBSES, ANTEAG, FASE, Cáritas Brasileira, IBASE, ITCs, Rede Unitrabalho, ADS/CUT, ABCRED, CONCRAB, Secretarias de Economia do Governo do Rio Grande do Sul. O objetivo era articular o debate entre as entidades interessadas no tema, estas mesmas entidades, mais tarde, viriam compor, com a participação de mais algumas entidades a Coordenação Geral do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Em 2001 também foi criada a Rede Global de Socioeconomia Solidária, com a participação de 21 países, objetivando articular essa discussão em escala Mundial.

Em 2002 houve a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, que discutiu e definiu a articulação nacional entre trabalhadores e entidades de acessória.

O ano de 2003 significou um enorme avanço para o movimento da Economia Solidária no país, durante a II Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada no III Fórum Social Mundial, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recém empossado, assume o compromisso de fortalecer a Economia Solidária através da criação de uma Secretaria dentro do Ministério do Trabalho e do Emprego, cujo secretário seria, por sugestão dessa articulação nacional, o Economista Paul Singer.

A partir de então a Senaes passou a implementar as seguintes ações previstas no Plano Plurianual de 2004 a 2007:

1. O Programa de Agentes de Desenvolvimento Solidário
2. O mapeamento participativo da ES no Brasil
3. A retomada do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc)
4. Apoio a processos de recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão
5. Construção da discussão de ações sobre formação em ES
6. Apoio a organização da sociedade civil

7. Campanha Nacional de Economia Solidária
8. Proposição de adequações em legislações existentes e trâmite de novas legislações
9. Criação de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
10. Projeto de criação de Centro Públicos de Economia Solidária

Durante o ano de 2003 foram realizadas várias Plenárias Regionais, que desencadearam além da III Plenária Brasileira de Economia Solidária, o I Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, em Brasília, e também o Fórum Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

O Fórum Brasileiro passou a ser a instância máxima de organização da sociedade nesta área, composto por trabalhadores, empreendedores, entidades de acessória, gestores públicos e movimentos sociais atuantes nesse campo, organizados previamente nos Fóruns Estaduais, Regionais e Locais.

Em agosto de 2004 realizou-se o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, com 2.300 representantes vindos de todos os estados.

Em junho de 2006 na I Conferência de Economia Solidária, ação estatal coordenada pelas Senaes, reuniu delegados eleitos nas conferências estaduais, e mobilizou cerca de 15 mil pessoas.

Em 2008 realizou-se a IV Plenária Brasileira de Economia Solidária, em que se definiram novas formas de organização da Coordenação Nacional com critérios de enraizamento de algumas entidades em pelo menos sete estados, havendo então uma tendência de reestruturação do FBES

Concomitantemente a todas estas articulações nacionais surgiram movimentos em escalas locais que tomaram proporções nacionais, é o caso, por exemplo, do movimento de Bancos Sociais, com o pioneirismo do Banco Palmas e que se espalhou pelo Brasil, com a estimativa de existência de cerca de 55 entidades deste gênero, também movimento de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que surgiu inicialmente no Rio de Janeiro com a COPPE/UFRJ e atualmente se consolida numa Rede Nacional de Incubadoras, com cerca de 42 membros. (BARBOSA, 2007, p. 45)

3.1 As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

As primeiras incubadoras de cooperativas e outros empreendimentos econômicos solidários foram criadas em universidades, o projeto das Incubadoras Tecnológicas Populares (ITCP's) foi inspirado pelo movimento em prol da cidadania contra a fome e a miséria, liderado por Betinho (1992). A consciência de que a ação de distribuir alimentos teria que ser ampliada com iniciativas visando gerar trabalho e renda motivou professores da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em parceria com a Universidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, a criar uma cooperativa popular, formada por moradores da região da Maré – RJ, que pudesse prestar serviços para a própria Fiocruz, surgindo dessa forma a Cooperativa de Manguinhos. A experiência bem-sucedida desta cooperativa fez com que professores e alunos da Engenharia da UFRJ (COPPE – Coordenação de Programas de Pós-graduação da engenharia), financiados pela FINEP e a Fundação do Banco do Brasil, fundassem, em 1995, a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, cujo objetivo inicial foi estabelecer um contato com comunidades das favelas interessadas na formação de cooperativas de trabalho. (SANTOS,2005, p. 123)

“Uma vez reconhecido o sucesso da ITCP do Rio de Janeiro, as entidades patrocinadoras – FINEP, COEP (Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida), a Fundação Banco do Brasil e a COPPE - resolvem ampliar o número de incubadoras em universidades, lançando em 1998 o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), que apoiou inicialmente seis das primeiras incubadoras universitárias de cooperativas populares. Naquele momento, além, da ITCP da UFRJ, já estava formada uma incubadora na Universidade Federal do Ceará, e quatro novas incubadoras foram criadas, nas Universidades Federal de Juiz de Fora, Federal Rural de Pernambuco, Estadual da Bahia e de São Paulo.” (SANTOS,2005, p. 123)

Conforme relata o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento do MTE, desde então reformulações foram feitas para ampliar o escopo do programa. Em 2003, com a criação da SENAES/MTE, o PRONINC passou a ser coordenado por esta Secretaria, a articulação com o MEC, MDS, MS, BB além dos órgãos que originalmente haviam apoiado o programa permitiu que o mesmo fosse reiniciado. Também participam do PRONINC representantes das Redes de Incubadoras e do Fórum Nacional de Pro-Reitores de Extensão Universitária.

Em 1998 essas incubadoras se articulam numa Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede de ITCPs, que tem como objetivo principal desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o

desenvolvimento da Economia Solidária. A rede surge para integrar de forma dinâmica as incubadoras e favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos. (SANTOS, 2005, p. 123)

Atualmente, existem 42 Incubadoras, filiadas a Rede de ITCPs, presentes nas instituições incubadoras se organizam de acordo com as regiões administrativas do Brasil (Sul, Sudeste, Nordeste, Norte, Centro-Oeste).

Quadro 1- Relação das Universidades que possuem Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCP'S)

1. Centro Federal de Educação Tecnológica/BA - CEFET/BA
2. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ
3. Centro Universitário Cerrado - Patrocínio - UNICERP
4. Centro Universitário Feevale - FEEVALE
5. Centro Universitário Fundação Santo André - FSA
6. Centro Universitário La Salle - UNILASALLE
7. Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE
8. Fundação Getúlio Vargas/SP- FGV
9. Universidade Federal de Rio Grande - FURG
10. Univerisdade Católica de Salvador - UCSAL
11. Universidade Católica de Pelotas - UCPEL
12. Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ
13. Universidade de São Paulo - USP
14. Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC
15. Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
16. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
17. Universidade do Estado da Bahia - UNEB
18. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
19. Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
20. Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
21. Universidade Estadual de São Paulo – UNESP – Franca
22. Universidade Estadual de São Paulo – UNESP – Assis
23. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS/ Dourados
24. Universidade Federal da Bahia - UFBA
25. Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
26. Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI
27. Universidade Federal de Juíz de Fora - UFJF
28. Universidade Federal de Lavras - UFLA
29. Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

30. Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ
31. Universidade Federal de Viçosa - UFV
32. Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
33. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS
34. Universidade Federal do Paraná - UFPR
35. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
36. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
37. Universidade Federal do Tocantins – UFT
38. Universidade Federal do Ceará- UFC
39. Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPe
40. Universidade Regional de Blumenau - FURB
41. Universidade Regional do Nordeste do Estado do RS - UNIJUI
42. Universidade Salvador - UNIFACS

Fonte: Rede de ITCP's contido em <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/440> Acesso em 06/10/2011.

Como este movimento surgiu dentro do ambiente universitário, desde sua criação e ao longo de todos esses anos, um debate entre diversos autores vem acontecendo no sentido de discutir o fenômeno das Incubadoras, seu papel dentro e fora da universidade, as dificuldades no processo de incubação, etc.

A princípio as Incubadoras de Cooperativas Populares surgiram enquanto espaços de socialização dos diversos conhecimentos produzidos nestas instituições, favorecendo a articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão e a integração das universidades com comunidades e segmentos externos à comunidade acadêmica. (VICTÓRIA, 2011, p. 50)

A extensão universitária permite configurar uma *práxis* que produz projetos alternativos inspirados na solidariedade e na inclusão social, dando suporte ao empoderamento dos atores sociais através da interdisciplinaridade (MAIA, 2003, p. 17). As atuais políticas extensionistas no Brasil atendem ao amplo conceito de responsabilidade social das universidades, principalmente no que diz respeito às universidades públicas, buscando a redução das desigualdades sociais e a construção de uma sociedade mais justa através da troca efetiva entre o conhecimento científico e popular.

Embora guardem similaridades com as incubadoras universitárias de empresas, a especificidade das incubadoras de cooperativas reside no trabalho com empreendimentos coletivos e de base autogestionária, recém-criados ou em vias de criação, que exigem processos

específicos de formação, assessoria e assistência técnica, em aspectos administrativos, produtivos e organizativos, com o objetivo principal de contribuir para sua autonomia e sustentabilidade. Essa forma de se produzir a extensão no Brasil influencia diretamente a criação e atuação das ITCP's. (MAIA, 2003, p 23)

A implantação de incubadoras sociais é uma das ações que atendem ao propósito da atividade de extensão das universidades, na medida em que oferecem aos trabalhadores informais, desempregados, uma oportunidade de construção de alternativas que possibilitem o acesso ao mercado de trabalho, na perspectiva da conquista de direitos.

“Dentro destes parâmetros, a proposta da incubadora, enquanto ação universitária, deve assumir uma dimensão ética, política e cultural, apresentando-se como uma proposta concreta de inclusão social por meio do incentivo das ideias originais da comunidade local na qual se insere. Não pode, portanto, ser compreendida como uma imposição do saber universitário, mas uma possibilidade de valorizar o potencial que existe nas comunidades e de criar alternativas coletivas na construção de empreendimentos sociais que viabilizem a inserção no mercado” (GUIMARÃES, et. al., 2007, p. 16).

A ITCP tem como meta o desenvolvimento de grupos de indivíduos socialmente vulneráveis, através do acesso efetivo aos direitos de cidadania e à renda. Sua ação busca auxiliar a formação e desenvolvimento de cooperativas populares visando a maior valorização dos associados na realização de seu trabalho e no exercício de direitos políticos e cidadãos.

Segundo Ghibaudi et. al (2007, p 10)

“O trabalho de incubação consiste na produção e aplicação conjuntas, por parte da incubadora e dos membros da cooperativa, do conhecimento necessário para o desenvolvimento desta, entendida não só como empreendimento econômico, mas também como organização social e política.” (GHIBAUDI et. al., 2007, p.10)

O debate dentro da universidade foi se desenvolvendo concomitantemente ao debate na sociedade civil em suas mais diversas organizações, as ITCP's também foram tema de diversos Encontros, Fóruns e Plenárias, porém a discussão tomou novas proporções diante de um cenário recente em construção no país, no qual o processo de Incubação passou a agenda pública, e cujo marco legal foi o Plano Plurianual de 2004 a 2007, em que estavam previstos Projetos de criação de Centros Públicos nos moldes já conhecidos dentro dos muros das universidades.

3.2 A Economia Solidária como Política Pública

Os *Centros Públicos* ou *Incubadoras Públicas* fazem parte do processo de fortalecimento da Economia Solidária como Política Pública nas esferas Federais, Regionais e Municipais. O debate então extrapola o movimento iniciado dentro da universidade, abarcando questões mais complexas, como o significado dos Centros Públicos como Política Pública, seus possíveis desdobramentos.

“Para melhor compreensão e avaliação das políticas públicas sociais implementadas por um governo é fundamental a compreensão da concepção de Estado e de política social que sustentam tais ações e programas de intervenção.” (HÖFLING., 2001, p. 1)

Torna-se importante aqui ressaltar a diferenciação entre Estado e Governo: considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que as funções de Estado por um determinado período.

Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação”; é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. (HÖFLING, 2001, p. 3)

E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando diminuir as desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Segundo Offe e Lenhardt (1984, p. 15) as políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais.

Em momentos de profunda assimetria nas relações entre os proprietários de capital e proprietários da força de trabalho, o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto. E esta função reguladora através da política social é

abordada por Offe e Lenhardt (1984, p. 15): “(...) a política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado” .

O Estado capitalista moderno cuidaria não só de qualificar permanentemente a mão-de-obra para o mercado, como também, através de tal política e programas sociais, procuraria manter sob controle parcelas da população não inseridas no processo produtivo.

Por ser política de desenvolvimento e voltar-se para um público historicamente excluído, a economia solidária demanda não só ações transversais, que articulem as mais diversas esferas de governança, através de políticas de educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras, para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade.

Compreender a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento solidário pressupõe concebê-la com instrumentos e ferramentas instituídos como direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e dever de um Estado republicano e democrático.

Conceber a Economia Solidária como política pública nessa perspectiva significa reconhecer os trabalhadores como sujeitos sociais, legitimar seus direitos de cidadania e admitir novas formas de produção, reprodução e distribuição social, propiciando acesso aos bens e recursos públicos.

Muitas gestões iniciam a construção de políticas públicas nas esferas municipais e estaduais, registrando o intenso aumento na aprovação de leis instituindo políticas de apoio e fomento à economia solidária, com a criação de instrumentos para efetivá-las.

Na direção da institucionalização de uma política de economia solidária, diversas iniciativas têm surgido:

- Santo André – SP prevê a possibilidade de estabelecimento de convênios da prefeitura com cooperativas em processo de incubação;
- Diadema – SP prevê a redução gradativa do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) para cooperativas instaladas no município;
- Osasco – SP, a Lei Geral prevê a criação de equipamentos públicos com Incubadora Pública, Centro Público, Centros de Comércio;
- Montes Claros – MG prevê a criação de um Fundo de Fomento à Economia Popular e Solidária;

- Recife – PE criou o Fundo Recife Solidário;
- João Pessoa – PB criou um fundo que possibilita a captação de recursos, em percentual sobre as compras de bens e serviços efetuadas pela prefeitura.

Conforme Praxédes (2009, p. 50) um processo recente no desenvolvimento das políticas públicas, é a implementação de Incubadoras Públicas de Economia Popular e Solidária, criadas no âmbito de prefeituras municipais, como Paulista – PE, Santo André – SP, Osasco – SP, Diadema – SP, Santo André – SP, Várzea Paulista – SP, Mesquita – RJ e as do Estado da Bahia. A criação dessas incubadoras, suas estratégias e metodologias foram um grande desafio e um grande avanço no campo das políticas públicas.

A maior parte das iniciativas no Brasil está ligada às universidades e ao Terceiro Setor, com a função de apoiar e fomentar novos modelos visando à geração de trabalho e renda de forma coletiva. Essas experiências demonstraram a necessidade de ações concretas do ponto de vista da gestão pública.

A primeira etapa para a criação das incubadoras é a mobilização promovida com o objetivo de que a população entenda o seu significado para a cidade, para a região e para cada cidadão.

Nestes espaços públicos são realizadas, por meio de processo de incubação, atividades voltadas ao apoio à organização, à consolidação e à sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários, propiciando o acesso ao conhecimento, a tecnologias sociais e à gestão de negócios solidários, ações necessárias à viabilização dos empreendimentos.

A equipe de técnicos é multidisciplinar, composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, que exercem o papel de mediadores entre os participantes. Na composição das equipes, os servidores públicos municipais ou estaduais contribuem de forma decisiva para a implantação da economia solidária. Fica explícita a necessidade de se garantir, para além do mandato político da ocasião, a continuidade das políticas públicas implantadas. (PRAXÉDES, 2009, p.56)

Diante de tantas dimensões, desafios enfrentados e identificados, as experiências, tanto da rede quanto da Senaes, detectaram a necessidade de promover atividades formativas para os gestores públicos.

Para atender a essa necessidade, foi realizado o Projeto de Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária com os objetivos de contribuir para a qualificação e ampliação das

políticas públicas de economia solidária, nos municípios e estados de todas as regiões do país, promover atividades formativas em gestão pública e economia solidária para gestores públicos desta área, em nível básico e intermediário, promover e estruturar espaços de discussão, troca e sistematização de experiências, conhecimentos, articulação de ações e elaboração de propostas para as políticas públicas de economia solidária, além de tornar públicos os conhecimentos sistematizados sobre as políticas públicas neste campo. (SINGER, 2009, p. 45)

Esta fase dá continuidade ao processo, iniciado em agosto de 2005, desenvolvido em parceria entre a Senaes/MTE, Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)/COPPE/UFRJ – Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), com o apoio da Fundação Banco do Brasil. (SINGER, 2009, p.45)

“Dessa forma, torna-se possível aprofundar o intercâmbio e troca de experiências de forma mais sistemática entre os gestores de diversos municípios e estados da federação, e direcionar a formação para os instrumentos de gestão em planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas, necessidade esta que surge das fases anteriores do projeto.” (SINGER, 2009, p 45)

Praxédes (2009, p 57) conta que o Projeto de Formação dos Gestores Públicos em Economia Solidária tem propiciado a criação de um espaço para a troca de experiências, a reflexão coletiva das ações executadas pelas mais diversas gestões, e promovido o aprofundamento do debate sobre a construção e a formulação das políticas públicas, tendo como referência uma política de direitos e como perspectiva, uma estratégia de desenvolvimento, ao mesmo tempo, de desafios à construção desta política pública, dos quais Praxédes (2009, p 61) destaca:

- Cada vez mais a gestão da política pública deve ocorrer de forma a privilegiar a participação e controle social. Garantir a participação dos sujeitos sociais e políticos seja na sua formulação, no desenvolvimento, no monitoramento e na avaliação das políticas, visando a sua ampliação e aperfeiçoamento constante.
- É fundamental a criação de mecanismos mais eficientes de repasse de recursos para os municípios. Os mecanismos existentes, muitas vezes, contribuem para criar descontinuidade. Precisamos encontrar soluções mais eficientes.
- Ampliar a criação de legislações locais de fomento à Política Pública de Economia Solidária e criação da Lei Geral no nível federal. É fundamental evoluir na elaboração de uma legislação que favoreça a constituição de um sistema, próprio ou integrado a outros sistemas de fomento à economia solidária.

- Definição de marcos legais específicos que possibilitem aos empreendimentos econômicos solidários (EESs) fornecer bens e serviços ao Estado. Uma das ações inseridas nessa estratégia é a necessidade de alteração da Lei Nº 8.666, a lei das licitações.
- Apoio à organização de novas cadeias produtivas e ao fortalecimento das já existentes do campo da economia solidária.
- Tecnologia social enquanto inovação em determinadas políticas setoriais, a exemplo da educação, com metodologia que aproxima os trabalhadores e trabalhadoras da escrita e leitura e facilite a apropriação dos instrumentos básicos de gestão; nos processos de incubação, de autogestão, de formação continuada.
- Constituição e formação continuada de equipes próprias do quadro do funcionalismo público para atuar nesta área.
- Ampliar a implementação de equipamentos públicos como as incubadoras públicas, centros públicos, centros de comércio, como forma de apoio, acompanhamento e contribuição ao processo de sustentabilidade dos EESs.
- Garantia de acesso e permanência de investimento, através de fundos públicos para a economia solidária. (PRAXÉDES, 2009, p. 61)

Entende-se que o fomento à economia popular solidária é uma política de desenvolvimento, portanto não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório. Ela tem, antes, potencial também para ser uma estratégia emancipatória para os beneficiários dessas outras políticas.

Entende-se também como essencial que as políticas de fomento à economia popular solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político deste segmento, elementos fundamentais para a institucionalização dos direitos e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas no país.

O caminho percorrido até aqui já demonstra o avanço na construção de políticas públicas que possam contribuir para idealizarmos o modelo de desenvolvimento que respeita e considera a centralidade do ser humano, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e valoriza as diversidades culturais articuladas às atividades econômicas. Em outras palavras, o micro deve interagir com o macro, a organização social deve criar condições políticas democráticas para interagir com o Estado, institucionalizar direitos e conquistas, e implementar políticas públicas.

Conforme Ghibaudi (2008, p. 9), é necessário “institucionalizar para mudar”, para o autor se tratam de ações que procuram inserir-se social e politicamente em setores que foram historicamente marginados e não se tratam de simples medidas assistencialistas.

Sua criação foi feita nos moldes do desenvolvimento de um novo instrumento público de ação, esse marco institucional aparece como um ponto fundamental para entender o sucesso da Incubadora Pública. O autor também constata que:

“Para a composição de seu quadro técnico, além de incorporar para seu primeiro impulso profissionais com trajetória acadêmica e política reconhecida fora da Prefeitura, a Incubadora Pública conseguiu inserir funcionários permanentes da Prefeitura e concursados. Sendo parte do organograma da Prefeitura, com quadro próprio e capacitado, a Incubadora conseguiu a estabilidade e reconhecimento que toda ação política precisa para dar certo (...). Dentro dessa mesma diretriz, a Incubadora Pública afirmou-se na medida em que sua ação se desenvolveu de forma articulada com outras iniciativas de geração trabalho e desenvolvimento da Prefeitura. Entendendo o desenvolvimento social como um processo político e complexo, a Incubadora Pública se fortaleceu e fortaleceu as diretrizes de política da Prefeitura, e não se colocou como uma política marginal nem conjuntural.” (GHIBAUDI, 2008, p. 9)

O desenvolvimento territorial, a partir da perspectiva da Economia Solidária, pressupõe uma atuação no território que privilegie a organização coletiva da comunidade e do trabalho, a organização em redes, a criação de instâncias participativas, a implementação de tecnologias sociais, entre outras estratégias que visam a apropriação e criação de identidade da população em seu território e o desenvolvimento de projetos e ações que estimulam a sustentabilidade econômica, social e ambiental, a médio e longo prazo.

Segundo Praxédes (2009, p. 59) os centros se constituem em espaço de agregação das diversas iniciativas do campo da economia solidária, propiciando a participação de diversos atores presentes no território. É importante sublinhar o papel que os centros cumprem no fomento a processos de desenvolvimento local na medida em que permitem a realização de atividades de articulação, formação e capacitação, além do potencial de atender a empreendimentos que estejam iniciando suas atividades.

De fato, trata-se de importante ferramenta da economia solidária, uma vez que esta deve estar voltada para a elaboração de estratégias de fortalecimento da organização socioeconômica local. Além disso, estes espaços vêm contribuindo significativamente para a construção de uma maior identidade e visibilidade da economia solidária no interior do movimento e para o conjunto da sociedade. (GHIBAUDI, 2008, p. 10)

Tendo isso em vista, analisaremos o caso do Município de Várzea Paulista, para compreendermos as estratégias utilizadas pelo Governo deste município para fortalecer a organização socioeconômica local, e o modo como a Economia Solidária se desenvolveu neste território.

4. A Economia Solidária no município de Várzea Paulista

Neste contexto da história da Economia Solidária no Brasil, insere-se o município de Várzea Paulista. Desde 2005 a economia solidária vem sendo debatida dentro dos Centros de Referências de Assistência Social – CRAS – o trabalho de base foi realizado com servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social, com o objetivo de ampliar ainda mais o seu atendimento e evitar que o serviço se restrinja às políticas assistencialistas e imediatas.

Segundo depoimento da Secretária de Cidadania e Desenvolvimento Social Giany Pova. *“Estamos dando um novo papel para a Assistência Social, oferecendo ferramentas para que as pessoas possam desenvolver suas atividades de forma independente, seja para gerar sua própria renda ou definir as melhorias necessárias em seu bairro”*. Esta nova forma de serviço oferecida aos cidadãos, sobretudo às famílias assistidas, baseia-se em políticas de Desenvolvimento Comunitário e é um incentivo para que se tornem protagonistas de suas próprias vidas e comunidades.

Assim sendo, a Prefeitura de Várzea Paulista desenvolve por meio da política de Economia Solidária, meios para ajudar aqueles que se encontravam em situação de maior vulnerabilidade social a conquistarem um espaço no mercado de trabalho e gerarem sua própria renda. Os projetos desenvolvidos no município nesta área o tornaram uma referência na região e fizeram com que ela se destacasse neste setor entre os municípios da Região de Campinas.

Um ponto importante é que a cidade tem representatividade direta no Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a indicada pela Rede de Gestores de Economia Solidária Luciane Mosca, diretora de Economia Solidária de Várzea Paulista, ela ocupa uma das 12 cadeiras do Fórum, que na região Sudeste só tem dois representantes.

Luciane conta *“Minha representação traz para Várzea Paulista uma melhor articulação com outros Estados e Municípios, facilitando a troca de experiências, o aprofundamento de debates. Nas reuniões do fórum discutimos assuntos amplos como política de estado, projetos e intervenções dentro das propostas do grupo”*.

Em 2009 a política foi implantada definitivamente. Neste ano aconteceram vários eventos, entre eles: capacitação dos servidores da Prefeitura com apoio do CEFES (Centro de Formação em Economia Solidária Nacional); 1º Seminário Municipal de Economia Solidária, com a presença do Secretário Nacional de Economia Solidária, Prof. Paul Singer; 1ª Feira Municipal de

Trocas, quando é apresentada a primeira moeda social do município (Saber) e, ainda, a ‘1ª Feira Regional de Comercialização, envolvendo a participação de 15 municípios e 40 empreendimentos econômicos solidários.

Outro grande avanço na área do Desenvolvimento Comunitário foi a substituição da distribuição de cestas básicas, com a implantação dos Armazéns da Cidadania, que funcionam nos Centros de Referência Assistência Social (CRAS) e são espaços semelhantes a um mercado. Os Armazéns fazem parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do Governo Federal, com objetivo de incentivar a agricultura familiar e atender famílias em situação de insegurança alimentar.

Neles são oferecidos todos os produtos de uma cesta básica, verduras e legumes frescos, de assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST), que enviam hortifrutis da época. A compra é feita diretamente pela Conab, por preço compensador, respeitando as peculiaridades e hábitos alimentares regionais e a situação do mercado local.

Para realizar trocas nas feiras bem como as compras nos Armazéns da Cidadania, tem sido utilizada a Moeda Social do município, instituída em 2009, que tem o nome de “Saber”. A moeda social surge na economia solidária como alternativa ao escambo e possui características próprias, sendo considerada um instrumento de desenvolvimento local, destinada a beneficiar o mercado de trabalho dos grupos que participam da economia da localidade. Seu uso é restrito, e a sua circulação beneficia a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade. As famílias assistidas pela Prefeitura devem levar seus “Saberes”, obtidos por meio da participação em atividades socioeducativas e de participação popular, promovidas pelo poder público, em troca de alimentos.

O município já tem algumas cooperativas consolidadas a Artes Viva e Artes Várzea, na área de artesanato; a Casa da Beleza, na área estética e os Amigos da Natureza, que desenvolvem a reciclagem.

No dia 12 de dezembro de 2011, aconteceu a inauguração do Centro Público de Economia Solidária de Várzea Paulista. O novo equipamento público abriga a incubadora da cidade que reúne além do Armazém da Cidadania, espaços de capacitação para a população nas áreas de culinária, artesanato, informática, construção civil e gestão doméstica, e é também o espaço permanente do Fórum da Comissão Municipal de Economia Popular e Solidária.



Foto 3 – Centro Público Municipal da Economia Solidária de Várzea Paulista – SP
Fonte: Foto de Juliana Giolo Zancheta

Dois empreendimentos foram incubados, o Lab. Café, no qual os participantes dos cursos de Chocolateria, Panificação e Confeitaria terão oportunidade de comercializar seus produtos e também a Casa do Artesão, loja na qual os participantes dos cursos de artesanato vão comercializar diversos artigos. A Prefeitura cede o espaço do Centro Público e, também, equipamentos eletroeletrônicos e imobiliários, e, ainda, oferece assessoria técnica e jurídica pelo período de 12 meses.

Para o Prefeito Eduardo Tadeu Pereira, a Economia Solidária *“É uma forma de garantir autonomia aos cidadãos que mais precisam. Temos investido no programa porque acreditamos que ela é uma fonte de geração de renda e uma alternativa ao modelo capitalista. Aqui em Várzea é possível uma economia que não vise o lucro”*. Para ele, a Economia Solidária é também *“uma forma de participação social que faz com que as pessoas se sintam capazes de fazer, articular e exercer cidadania”*.

O Prefeito afirma, ainda, que nos últimos 7 anos a cidade tem passado por intensas transformações que a fizeram crescer e salientou que o município tem desempenhado um importante trabalho para garantir a inserção produtiva e social à população por meio da Economia Solidária.

Segundo Eduardo *“Entre todas as mudanças ocorridas, a mais importante é a mudança das pessoas que acreditam que podem mudar a cidade. E temos aqui em Várzea Paulista o modelo da Economia Solidária que promove uma mudança no padrão de pensamento sobre economia, que diz que é possível todos trabalharem e dividir a renda. Estamos mostrando que aqui existe um jeito de viver de maneira solidária.”*.

No dia 4 de fevereiro de 2012 quase 100 moradores da Vila Real, que faziam suas trocas na feira, participaram do processo de escolha da moeda social aconteceu na Vila Real, a nova moeda social foi adotada no Banco Comunitário Orquídea, inaugurado em setembro de 2012.

Os Bancos comunitários são uma nova opção para as pessoas que não conseguem ter a mesma oportunidade nos bancos convencionais, com amplo controle social, os moradores do bairro possuem capacidade para criar e gerenciar vários produtos financeiros, integrados entre si, sendo ao mesmo tempo produtores, consumidores e atores de transformação social e cidadã. A princípio o Banco Orquídea pretende trabalhar com duas linhas de créditos, o produtivo e o de consumo. O crédito de consumo é a moeda social que se chama progresso, ela tem como objetivo desenvolver o comércio local, já que a mesma é válida apenas no bairro e seus arredores, ela beneficia a comunidade sem cobrança de juros.



Foto 4 – Fachada do Banco Comunitário Orquídea na Vila Real, Várzea Paulista –SP
 Fonte: Prefeitura de Várzea Paulista < <http://www.varzeapaulista.sp.gov.br/>> Acesso em 02/10/2012.



Foto 5 – Mural que conta a história do Banco na Comunidade da Vila Real
 Fonte: Prefeitura de Várzea Paulista < <http://www.varzeapaulista.sp.gov.br/>> Acesso em 02/10/2012.



Foto 6 – Moeda Progresso

Fonte: Prefeitura de Várzea Paulista < <http://www.varzeapaulista.sp.gov.br/> > Acesso em 02/10/2012.

Na ocasião da inauguração o Prefeito Eduardo Pereira avaliou que *“Isso é o resultado de uma comunidade que vem descobrindo a força da organização local. O nome escolhido reflete o sentimento de progresso da população da Vila Real, que agora vai gerir seu próprio banco”* e seu vice, Lula Raniero reconheceu que *“A solidariedade é o marco maior de todo este processo de transformação que vem acontecendo na Vila Real. Acreditamos que se a localidade cresce, todos crescem junto, daí a importância de trabalhar em cooperação.”*.

O Banco Comunitário é controlado pelo Banco Central e está inserido no programa de desenvolvimento da Vila Real, incluindo a regularização fundiária e a urbanização do bairro. *“Visando à qualificação informal, a prefeitura vai instalar uma incubadora pública de pequenos empreendimentos, se utilizando do trabalho que já há nas casas de moradores da Vila Real”*, informa a secretária de Desenvolvimento Social, Giany Pova, ela ainda explica que *“(...) as pessoas se capacitam e conseguem o dinheiro dentro do banco comunitário para iniciar seus próprios negócios”*.

Um diferencial destes bancos comunitários é que, além da criação, a gestão também é feita por representantes da própria comunidade, fazendo com que estes serviços sejam um instrumento de organização e estímulo ao desenvolvimento local. Os agentes de créditos da Vila Real foram

escolhidos e capacitados pelo Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo - NESOL-USP -, que venceu a chamada pública da região sudeste de economia solidária do Ministério de Trabalho e Emprego.

Segundo dados da Prefeitura, trinta moradores do bairro participaram do curso de capacitação junto ao NESOL-USP, que selecionou seis participantes para fazerem as provas finais. As duas pessoas aprovadas para exercerem a função de agente de crédito foram: Lídia Souza Silva e Maria Ferreira de Brito, ambas moradoras atuantes na comunidade da Vila Real.

A atuação do banco se dá de forma integrada com a produção e o consumo local, pois é formulado a partir de linhas de microcrédito produtivo e de consumo, levando em consideração critérios de análise que contemple a realidade local. *“A aprovação dos microcréditos solicitados ao banco ocorre com o aval das pessoas da própria comunidade, que conhecem quem está solicitando o dinheiro. Além do desenvolvimento econômico do bairro, este projeto resgata valores e raízes, conscientizando as pessoas sobre a importância da união local”*, ressalta a agente de crédito, Maria Ferreira de Brito.

Lídia Souza Silva, a agente de crédito, comemora: *“Depois de muito trabalho, o banco comunitário se tornou realidade na Vila Real, agregando valor às nossas expectativas de uma grande adesão da população do bairro”*.

Dentro do movimento de Economia Solidária no município de Várzea Paulista, o empreendimento Casa da Beleza merece um destaque, pois foi o primeiro projeto a ser incubado no Município, depois dele novos caminhos foram abertos para o desenvolvimento da Economia Solidária no município, atualmente o primeiro grupo a fazer parte do projeto está sendo desincubado, e ao fim desta primeira experiência é que podemos fazer uma análise de como o processo de construção e desenvolvimento desse empreendimento se deu, e para buscar compreender desta forma, quais foram os alcances e limitações dessa política pública no desenvolvimento local do município.

5. O empreendimento solidário Casa da Beleza

Em agosto de 2009, a Prefeitura de Várzea Paulista realizou um Projeto de capacitação profissional que seria oferecido aos munícipes da cidade, em especial aqueles que eram contemplados por programas sociais, como o Bolsa Família, Renda Cidadã e outros programas de transferência de renda.

Para tanto, a Prefeitura contratou a Associação Horizontes, que ofereceu os cursos de capacitação profissional na área da estética e da beleza.

Entre agosto de 2009 e Julho de 2010 se realizou a primeira fase do Projeto, que contou com a participação de 576 munícipes capacitados pelos cursos oferecidos pela Prefeitura nas áreas de estética e beleza.

No período de Julho de 2010 a Junho de 2011 aconteceu a segunda fase do Projeto Casa da Beleza, em menores proporções, tinha seu público alvo composto por duas turmas de até vinte pessoas. A primeira turma, oriunda dos cursos de qualificação profissional em estética e beleza, já realizados pelo município desde agosto de 2009; a segunda, uma turma nova oriunda dos cursos de aperfeiçoamento de manicure, cabeleireiro, massagem, estética, maquiagem e colorimetria.

O grupo também foi capacitado por uma equipe da própria Prefeitura em gerenciamento e apresentação de serviços, contabilidade, administração, princípios da economia solidária e relações coletivas. Por ser um empreendimento solidário, a gestão é feita de maneira coletiva.

Coordenadora de projetos da Horizontes, Rosana Patrício explica que de início era um grupo de 40 pessoas cuja maioria, atualmente, está empregada no segmento de serviços de beleza.

A partir da realização desta segunda etapa, 8 dessas mulheres formaram um grupo chamado Grupo Única, este seria o primeiro grupo de mulheres a ser incubado no Projeto Casa da Beleza.

A iniciativa da incubadora então se realizou em 20 de julho de 2011, o espaço cedido pela Prefeitura era o antigo 'Armazém da Cidadania', os equipamentos como cadeiras de cabeleireiro, consoles e macas também foram cedidos pelo Governo Municipal, pelo período de um ano, para que possam conquistar clientela e desenvolver ainda mais o empreendedorismo que já vinha sendo trabalhado com o grupo.



Foto 7: Incubadora Pública de Empreendimentos Casa da Beleza, Várzea Paulista – SP
Fonte: Foto de Juliana Giolo Zancheta



Foto 8 – Silvanira, a massagista, recebendo seu certificado de participação do curso
Fonte: Foto Eder Jr.



Foto 9 – Beth, a manicure, recebendo seu certificado
Fonte: Foto Eder Jr.



Foto 10 – Prefeito Eduardo Pereira e a participante Joésia, cabeleireira, na Casa da Beleza.
Fonte: Foto Eder Jr.

Luciane Aparecida dos Santos Mosca, diretora de planejamento e gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, explica que esta é a primeira cooperativa na área de beleza do município e o primeiro grupo certificado pela incubadora pública.

Ao avaliar o processo de incubação ao longo do período de Julho de 2011 a Julho de 2012, Luciane conta que *“No começo da experiência as meninas tinham muita dificuldade de se organizar em grupo, tinha muita briga entre elas, coisas como de quem era a responsabilidade pela manutenção do lugar era a principal causa, ou também com as finanças, muitas coisas elas compram coletivamente, mas as dificuldades de organização coletiva não fogem do comum, mesmo em empresas formais, neste processo de um ano a ideia da incubadora seria justamente que elas pudessem exercer o ofício delas, que pudessem aprender a cuidar das próprias finanças, no início elas procuravam bastante a equipe para poder resolver os problemas que surgiam entre elas, mas nós pensávamos que o nosso papel não era o de tutelar o trabalho delas, não era de dizer o que fazer e como fazer, mas sim mediar a relação entre elas, para que elas mesmo descobrissem como elas poderiam lidar com cada situação.”*

Luciane ressalta ainda que *“Essas mulheres fazem parte de uma população vulnerável, e aprenderam que em coletividade, são fortes e capazes. Elas não tinham uma auto-estima elevada. Hoje elas se cuidam e têm preocupação de cuidar dos outros. Acompanhar essa mudança e esse progresso para nós é gratificante”*.

Ao final do período de incubação, em Julho de 2012, o trabalho da equipe está justamente em retomar os valores da economia solidária e do trabalho coletivo, e também ajudar elas a elaborarem um plano de negócios para o futuro, para que elas aprendam como montar o próprio salão, como controlar os custos e como embutir os custos delas no preço do serviço delas. A diretora conclui dizendo que *“Nossa expectativa era que elas conseguissem ficar juntas, mas neste momento em que elas estão sendo desincubadas, e que elas não terão mais este espaço para trabalhar, a perspectiva é de que elas trabalhem indo na casa das clientes que elas fizeram ao longo deste tempo.”*

Outro problema apontado por Luciane sobre o futuro da Economia no município é com relação ao processo eleitoral que acontecerá em outubro de 2012, ela conta que: *“Agora nos estamos em ano eleitoral, e nós não sabemos qual vai ser o desenrolar de tudo o que foi construído até agora, nós não temos o projeto de lei aprovado ainda, ele foi encaminhado para a Câmara e está para ser aprovado em agosto, tudo o que nós temos, tanto o espaço do centro,*

quanto o espaço da Casa da Beleza estão oficializados apenas por decretos, então tanto o Lab café quanto a Casa do Artesão poderão ficar aqui no centro até março, e a casa da beleza até o final do ano, depois disso nós não sabemos como será, tudo dependerá do resultado das eleições.”

Aproveitando o momento de desincubação, entrevistas foram feitas com quatro das cinco integrantes do projeto, Joésia (40 anos), a cabeleireira, Silvanira (58 anos), a massagista, Beth (42 anos), a manicure e Lilian (35 anos) que é manicure, depiladora e design de sobrancelhas, para conhecer um pouco mais da vida dessas mulheres antes de entrarem para o projeto, entender como foi a passagem delas pelo projeto e saber o que elas esperam para o futuro delas.



Fotos 11 e 12: Lilian, em sua rotina como *designer* de sobrancelha e manicure.
Fonte: Foto Juliana Giolo Zancheta



Foto 13 e 14 – Joésia, em sua rotina como cabelereira.
Fonte: Foto Juliana Giolo Zancheta

Nestas entrevistas foi possível constatar que, todas elas têm um histórico de exclusão social, pois não tiveram acesso à educação, duas delas não chegaram a completar o Ensino Fundamental, e as outras duas não tem o Ensino Médio Completo, sendo que a Beth está cursando o ensino supletivo para poder completar seus estudos.

A família de todas elas já recebeu ou ainda recebe algum tipo de auxílio do governo, em geral elas eram beneficiárias de programas de transferência de renda mínima, como o Bolsa Família ou o Renda Cidadã.

A situação delas como trabalhadoras no mercado formal era de desemprego ou a ocupação de postos que não exigiam grande qualificação, como empregada domésticas, caixa de supermercado, vendedora ou empregadas no “chão” de fábrica.

Nenhuma delas havia trabalhado com a área de estética anteriormente, e viram no curso oferecido pela prefeitura uma oportunidade de realizarem suas carreiras de forma mais independente, sem a necessidade de serem empregadas de alguém, sendo profissionais liberais.

Este grupo de mulheres se destacou das demais mulheres que participaram do grupo por que elas não trabalhavam no ramo da estética anteriormente e não conseguiram ser absorvidas imediatamente pelo mercado.

Nenhuma delas havia tido contato com a Economia Solidária anteriormente, e no geral todas participaram do curso de formação em Economia Solidária oferecido pela equipe da Prefeitura mirando à oportunidade de iniciar a carreira dentro de um projeto em que financiaria toda a estrutura necessária a um salão de beleza.

Quando perguntadas sobre o que elas entendiam por Economia Solidária elas responderam: “ (...) *que economia solidária era trabalhar no coletivo, por que no coletivo era mais fácil pra comprar, o preço ia sair bem mais baixo para cada uma pagar, só que todas iam ser donas do próprio negócio.*” (Joésia) e “*que era uma oportunidade de as pessoas poderem trabalhar, de ter seu próprio emprego.*” (Beth).

Elas também relataram sobre as diferenças percebidas entre o salão em que elas trabalhavam e aqueles que elas conheciam e que trabalhavam de forma tradicional: *“O preço, que aqui é muito mais baixo do que nos outros salões, justamente por que a prefeitura cedeu o espaço nós não pagamos aluguel, nem água nem luz, e também por se tratar de economia solidária.”*(Joésia)

Outro ponto importante a ser destacado no depoimento de uma das integrantes é com relação ao preço dos serviços oferecidos por elas, e que é colocado como o principal diferencial do trabalho realizado no salão, sobre isso Joésia fala: “(...) *Quando a gente for sair daqui e for montar nosso próprio salão nós não vamos poder cobrar o mesmo preço que aqui, por que vai ter tudo isso (aluguel, material, contas, etc.) para pagar, e nós vamos ter que embutir no preço do nosso serviço.*”.

É possível perceber pelos depoimentos que valores fundamentais à Economia Solidária não foram colocados em prática por elas, tais como: solidariedade, cooperação, participação, igualdade, etc. e que apesar da participação no curso de formação, a prática e o discurso apresentado pelo grupo incubado apresentam apenas alguns de aspectos pertinentes à prática cotidiana da Economia Solidária, como o trabalho e a compra coletiva, o preço mais baixo e por certas vezes até mesmo demonstram um estranhamento com a questão do grupo.

Ainda mais se tratando da relação entre mulheres, que historicamente haviam sido incorporadas na lógica de um mercado formal e competitivo, e estão inseridas em um ambiente em que há uma atmosfera competitiva em que a comparação com o trabalho da outra é inevitável, isso foi claramente percebido na relação entre as duas manicures.

Além disso, constatou-se o fato de todas as profissionais participantes do projeto demonstrarem a vontade de retorno ao mercado formal como profissionais liberais, como mostra o depoimento de Lilian: “(...) *hoje eu quero trabalhar sozinha, melhor não é, mas é muito difícil trabalhar em grupo, por que você trabalhando em grupo você vai conhecendo uma a outra, e sempre tem aquele ciúmes, por que uma é melhor que a outra, uma está trabalhando mais, tem mais clientes, é normal, por que a gente é ser humano, mas quando você trabalha em grupo você aprende a tentar lidar com essas coisas, mas é muito difícil.*”

Azambuja (2009, p 7) em seu estudo sobre os Valores da Economia Solidária relata uma situação similar a que foi percebida na relação entre as trabalhadoras:

“Os trabalhadores de perfil ideológico de instrumentalização capitalista, no que se refere à propriedade coletiva, expressam o princípio da meritocracia, isto é, ser sócio do empreendimento só se justifica a partir do esforço e comprometimento pessoal para com o crescimento econômico e financeiro da Cooperativa. Nesta direção, para os trabalhadores deste perfil ideológico, a retribuição não se dá em relação ao esforço de cada um, mas aos resultados concretos deste esforço, sendo que aquele que se esforça, mas não produz suficientemente, não merece retribuição. O princípio da meritocracia se manifesta de maneira mais evidente quando os trabalhadores desse perfil falam da questão, comentada anteriormente, sobre o sistema de remunerações mensais. Para os trabalhadores de perfil de instrumentalização capitalista, o sistema igualitário de remuneração é injusto; para eles a retribuição deveria ser proporcional à produtividade, qualificação e posição que cada trabalhador

ocupa na Cooperativa, isto é, a remuneração deveria ser proporcional a esses méritos individuais.” (AZAMBUJA, 2009, p. 7).

Nenhuma das integrantes do projeto pretende trabalhar em grupo, como foi a experiência vivida por elas neste período de incubação, todas pretendem seguir seus próprios rumos, e trabalhar por conta própria, apesar de todas entenderem que a experiência foi muito positiva, e de incentivarem novas iniciativas com estas.

É possível perceber, ainda, algumas das participantes mantém o vínculo empregatício em empresas, outras delas ainda mantém o emprego no salão e atendem a domicílio no período em que não estão no salão, tendo a renda gerada pelo projeto como algo complementar.

Singer (2000a, p. 21) considera que a constituição de empreendimentos autogeridos não deveria ser apenas uma alternativa encontrada pelos trabalhadores ao assalariamento e à pobreza, mas um conjunto de práticas que podem transformar a consciência e o comportamento dos seus praticantes, fazendo com que esses últimos incorporem valores ideológicos (participação, igualdade, solidariedade, etc.) opostos àqueles que fundamentam a lógica individual e competitiva das sociedades capitalistas. O autor constata ainda que: *"O perigo da degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios"* (SINGER, 2002a, p.21).

Constata-se também pelos relatos que apesar de todo o discurso de Economia Solidária que envolve o projeto desde a sua formação, boa parte delas não incorporou de fato os valores necessários ao desenvolvimento de um empreendimento autogestionário, mas é inegável que as mulheres participantes do projeto, mesmo que individualmente, hoje se reconhecem como sujeitos atuantes, donas não só da sua própria força de trabalho, mas também dos meios de produção. Elas estão no limiar entre o microempreendedorismo e o empreendimento solidário.

O fato de elas serem a primeira experiência a ser incubada também pode justificar os rumos tomados pelo projeto atualmente, talvez a equipe de assessores tenha faltado com o acompanhamento nas questões condizentes aos valores que devem ser cultivados em um grupo para que ele se fortaleça como tal dentro e fora do projeto.

Neste sentido Singer (2000a, 2000b) fala sobre o potencial educativo da experiência e das práticas que envolvem a dinâmica vivida dentro de um empreendimento autogestionário, para o autor:

“(...) a experiência de trabalho autogestionário traz consigo: um potencial educativo através das práticas que a envolvem. O que permitiria educar e transformar o comportamento dos sujeitos, no

sentido de que suas ações passassem a ser pautadas por valores ideológicos que não aqueles das relações sociais capitalistas.” (SINGER, 2000a, p. 20)

Tendo em vista tal potencial educativo, Eid et al. (2003, p.4) aconselha que a busca da autogestão deve ser entendida como um processo longo e complexo, que articula sobrevivência no mercado com a necessidade de aprendizagem e desenvolvimento permanente.

“É nesse sentido que a formação deve ser continuada e integrada nas dimensões administrativa, técnica e política. Essa formação assume um papel fundamental para o sucesso dessa estratégia. E essa formação deve ocorrer fundamentalmente através de oficinas com aprendizagem teórica e prática, articulando-se conhecimentos técnicos sobre a atividade fim do empreendimento. Com certeza, sabemos que se trata de um grande desafio para o desenvolvimento da economia solidária.” (EID, F. et al., 2003, p.4)

Enfim, a experiência do primeiro grupo incubado teve em seu processo problemas notórios quanto à reflexão da prática cotidiana, isso faz parte da ação formativa dos sujeitos envolvidos com a Economia Solidária no Município (Grupo Incubado e Equipe da Incubadora), e deve ser contínua, mas conforme foi dito inicialmente, essa experiência faz parte de um processo histórico, e, portanto não se constitui algo acabado, pronto, imutável, ao contrário, deve ser constantemente repensada, para que desta forma a Economia Solidária possa se fortalecer e se estabelecer de fato como meio de emancipação.

6. Considerações Finais

Tanto na esfera federal, bem como na municipal o Estado não desvinculou sua imagem de órgão provedor e mantenedor das condições de reprodução social, se antes o Estado provinha os meios de sobrevivência através dos programas de transferência de renda, hoje provém alguns meios de sobrevivência através dos programas de geração de renda, mas ambos são vistos aos olhos dos beneficiários como uma ação de bem, quase patriarcal, promovida pelo Estado, e que tem duração limitada aos períodos eleitorais.

A Economia Solidária, ainda está dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, ou seja, ainda é vista como uma solução para o problema do trabalho, e não como possibilidade de emancipação dos sujeitos trabalhadores. Pode ser considerada atualmente como uma política “tapa buraco”, e não poderia ser diferente, já que no Brasil o contexto em que o movimento da Economia Solidária surgiu foi exatamente o da crise do trabalho, além disso, os atores desse processo são aqueles que historicamente foram explorados pelo sistema vigente, o sistema capitalista.

O movimento de Economia Solidária quando passa pelo processo de institucionalização encontra em si uma contradição.

A adesão dos participantes do movimento deve ser livre e voluntária e não induzida por atores sociais externos ao grupo. Esse princípio não implica na inexistência de apoios, intercâmbios, parcerias e convênios com outros movimentos sociais, instituições públicas, eclesiais e privadas interessados na proposta de formação e desenvolvimento de Redes de Cooperação, desde que toda a dinâmica de trabalho preocupe-se em primeiro lugar com a construção da autonomia do grupo beneficiário.

Além disso, não se deve esquecer de que todo processo de incubação envolve relações interpessoais, e, portanto, se constitui como um processo complexo cuja a interação é fundamental em todos os seus quatro níveis: a) relações interpessoais entre os membros da equipe da incubadora formada por docentes, técnicos, estudantes de diversas áreas de conhecimento atuando de forma transdisciplinar; b) relações interpessoais entre os trabalhadores do grupo que pretende organizar um EES; c) relações interpessoais entre os grupos de trabalhadores com empreendimentos já formados; d) relações interpessoais entre a equipe da incubadora e os grupos atendidos.

A relação entre a equipe da incubadora e os grupos atendidos talvez seja a mais complexa, pois é preciso interação entre um grupo que possui um conhecimento institucional com aquele conhecimento que trazem os trabalhadores individualmente no interior de cada grupo, para a ação em cooperação. Seria ingênuo imaginar que a equipe da incubadora não dispõe de um poder enorme para influenciar o grupo a ser incubado, contudo, é da maior importância buscar construir a união entre o saber formal com o saber popular, a racionalidade técnica deve estar a serviço da racionalidade social, numa tentativa de transformação da prática cotidiana, fundamentada na cooperação.

A economia solidária parte de valores distintos dos valores predominantes na economia capitalista, tais quais: autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade, e se no discurso político os valores estão muito bem esclarecidos, na prática, entretanto, eles sucumbem, pois sob a tutela do Estado organizado na forma como conhecemos atualmente, jamais haverá emancipação.

Esta pesquisa sócio-analítica na cooperativa e na própria Incubadora teve o propósito de fazer uma reflexão de todos os agentes envolvidos com a Economia Solidária no município. Desta forma tanto o Grupo Incubado quanto a Incubadora pudesse “olhar” suas contradições e suas potencialidades. Essa pesquisa permite, ainda, repensar suas práticas, sendo lícito questionar: qual é o papel educativo da Incubadora? Capacitar para o trabalho específico/técnico ou educar para a emancipação? Como buscar uma formação humana integral, que não a formação técnica “imediatamente interessada para o trabalho”? Como buscar uma formação humana integral se a formação política dos grupos “assessorados”? Como exercitar a capacitação profissional e formação cooperativista sem reproduzir a velha dicotomia Taylorista - a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual?

Por último, acredita-se que com a pesquisa realizada e as indagações levantadas, possam contribuir para o fortalecimento da Economia Solidária no Município de Várzea Paulista e em outros territórios.

7. Referências

- AMORIM, M. A.; MOREIRA, M. V. C. & IPIRANGA, A. S. R. **A Construção de uma Metodologia de Atuação nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Estado do Ceará : Um Enfoque na Formação e Fortalecimento do Capital Social e da Governança.** < <http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/monica.pdf> > Acesso em 30/08/2012.
- ANTEAG. **Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho.** São Paulo: Anteag, 2002.
- ARAÚJO, F. G. B. **Saber sobre os homens, saber sobre as coisas: história e tempo, geografia e espaço, ecologia e natureza.** Rio de Janeiro: DPA, 2003.
- ARRUDA, M. **Socioeconomia solidária.** In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia.* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a, p. 232-242.
- BARBOSA, R. N. C. **O cooperativismo e a questão social no contexto da globalização excludente.** VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Universidade de Coimbra/CES, 2004.
- BARBOSA, R. N. C. **Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho.** In: SILVA, M. O. e YAZBEK, M. C. *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.* São Paulo: Cortez, 2006.
- BARBOSA, R. N. C. **A Economia Solidária como política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.
- BERTUCCI, J. de O. **A Economia Solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte.** 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- BITEMAN, M. F. **A Disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil: os casos de São Paulo e Osasco.** 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

- BOMFIM, A.M.; FRIGOTTO, G. **Economia solidária e o fim das utopias: estudo sobre os empreendimentos autogestados pelos trabalhadores na atual configuração capitalista**. UFF/FE, Rio de Janeiro, 2001.
- CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CHAUI, M. **Brasil: mito fundador da sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- D'ORFEUIL, H. R. **Economia cidadã: alternativas ao neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo. Martins Fontes, 1995.
- EID, Farid; MAZZEU, Francisco, MARTINS, Bárbara H. K. ; GAIGER, Luiz Inácio; LORENZETTI, Jorge; NICOLETTI, Sérgio - **Sobre Concepção de Incubadora Universitária de Empreendimentos de Economia Solidária da Unitrabalho e Sobre Metodologia de Incubação** - Anais do V SEMPE – Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, outubro de 2003.
- FBES. **Relatório da II Reunião da Coordenação Nacional do FBES**. Brasília: FBES, abr. 2004.
- FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. São Leopoldo, 2002. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/bib2.htm>> (acesso em set. 2011)
- GHIBAUDI, J. W.; GUIMARÃES, G.; LAUFER, A.; ALVES, R. **Uma metodologia de ação em rede para o desenvolvimento local: o caso do projeto de prospecção de mercado da ReINC**, Rio de Janeiro: Locus Científico, Vol. 01, no. 04, 2007.
- GUIMARÃES, Gleny T. D.; MACIEL, Cleverton; EIDELWEIN, Karen. **Transformações no mundo do trabalho, economia solidária e sua relação com incubadoras sociais**. Revista Virtual Textos & Contextos, n. 7, jul. 2007.
- HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

- HOBBSBAWN, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSBAWN, Erick. **A Era das Revoluções. 1789-1848**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1981, 3ª ed.
- HOBBSBAWN, E. J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HÖFLING, E. M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**, Cad. CEDES vol.21 no.55 Campinas Nov. 2001
- LANDIM, L. (org.). **Sociedade e políticas: novos debates entre ONGs e universidade**. Rio de Janeiro: Revam, 2003.
- LUKÁCKS, G. **Introdução A Uma Estética Marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- MANCE, E. **Redes de colaboração solidária**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).
- MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo/Campinas: Boitempo/ Unicamp, 2002.
- TEM/IPEA, **Mercado de trabalho – conjuntura e análise**, n. 24, Brasília: TEM/ IPEA, ago. 2004.
- NETTO, J. P. **Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.
- NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009.
- OFFE, Claus. **Algumas contradições do Estado Social Moderno. Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**, vol. 2, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- OLIVEIRA, F. de. **Aproximações no enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Pólis/ EAESP/FGV, 2001.
- POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- POCHMANN, M. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**. São Paulo: Perseu Abramo/Cortez, 2002.

- POCHMANN, M. **Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PRAXÉDES, S., **Políticas Públicas de economia solidária: novas Práticas, novas metodologias** IPEA Caderno mercado de trabalho n. 39 mai/2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), **Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 81-129.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico – científico – informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SENAES, **Economia Solidária em desenvolvimento**. Brasília: Senaes/ TEM, 2003.
- SENAES, **Centros Públicos de Economia Solidária: termo de referência**. Brasília: Senaes/TEM, 2004.
- SENAES, **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE/ Senaes, 2006
- SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André R. (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000a. pp.11-28.
- SINGER, P. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA. Francisco ; COSTA, Beatriz (orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE e UCSAL, 2000b. pp.143-161.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. A. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003
- SINGER, P. **Cooperativas de trabalho**. Brasília: TEM/ Senaes, 2004.
- SINGER, P. **Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego**. Brasília: Boletim Mercado de Trabalho, n. 39, 2009.
- VICTÓRIA, L.B.G.; **O PRONINC e seu reflexo na ação social das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas**. – Pelotas: UCPEL, 2011.
- WOOD, E.M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

6. Referências Bibliográficas

- AMORIM, M. A.; MOREIRA, M. V. C. & IPIRANGA, A. S. R. **A Construção de uma Metodologia de Atuação nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Estado do Ceará : Um Enfoque na Formação e Fortalecimento do Capital Social e da Governança.** < <http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/monica.pdf> > Acesso em 30/08/2012.
- ANTEAG. **Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho.** São Paulo: Anteag, 2002.
- ARAÚJO, F. G. B. **Saber sobre os homens, saber sobre as coisas: história e tempo, geografia e espaço, ecologia e natureza.** Rio de Janeiro: DPA, 2003.
- ARRUDA, M. **Socioeconomia solidária.** In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia.* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a, p. 232-242.
- BARBOSA, R. N. C. **O cooperativismo e a questão social no contexto da globalização excludente.** VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Universidade de Coimbra/CES, 2004.
- BARBOSA, R. N. C. **Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho.** In: SILVA, M. O. e YAZBEK, M. C. *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.* São Paulo: Cortez, 2006.
- BARBOSA, R. N. C. **A Economia Solidária como política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.
- BERTUCCI, J. de O. **A Economia Solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte.** 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- BITELMAN, M. F. **A Disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil: os casos de São Paulo e Osasco.** 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.
- BOMFIM, A.M.; FRIGOTTO, G. **Economia solidária e o fim das utopias: estudo sobre os empreendimentos autogestados pelos trabalhadores na atual configuração capitalista.** UFF/FE, Rio de Janeiro, 2001.

- CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador da sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- D'ORFEUIL, H. R. **Economia cidadã: alternativas ao neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo. Martins Fontes, 1995.
- EID, Farid; MAZZEU, Francisco, MARTINS, Bárbara H. K. ; GAIGER, Luiz Inácio; LORENZETTI, Jorge; NICOLETTI, Sérgio - **Sobre Concepção de Incubadora Universitária de Empreendimentos de Economia Solidária da Unitrabalho e Sobre Metodologia de Incubação** - Anais do V SEMPE – Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, outubro de 2003.
- FBES. **Relatório da II Reunião da Coordenação Nacional do FBES**. Brasília: FBES, abr. 2004.
- FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. São Leopoldo, 2002. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/bib2.htm>> (acesso em set. 2011)
- GHIBAUDI, J. W.; GUIMARÃES, G.; LAUFER, A.; ALVES, R. **Uma metodologia de ação em rede para o desenvolvimento local: o caso do projeto de prospecção de mercado da ReINC**, Rio de Janeiro: Locus Científico, Vol. 01, no. 04, 2007.
- GUIMARÃES, Gleny T. D.; MACIEL, Cleverton; EIDELWEIN, Karen. **Transformações no mundo do trabalho, economia solidária e sua relação com incubadoras sociais**. Revista Virtual Textos & Contextos, n. 7, jul. 2007.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- HOBBSBAWN, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- HOBBSBAWM, Erick. **A Era das Revoluções. 1789-1848**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1981,3ª ed.
- HOBBSBAWN, E. J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HÖFLING, E. M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**, Cad. CEDES vol.21 no.55 Campinas Nov. 2001
- LANDIM, L. (org.). **Sociedade e políticas: novos debates entre ONGs e universidade**. Rio de Janeiro: Revam, 2003.
- LUKÁCKS, G. **Introdução A Uma Estética Marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- MANCE, E. **Redes de colaboração solidária**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).
- MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo/Campinas: Boitempo/ Unicamp, 2002.
- TEM/IPEA, **Mercado de trabalho – conjuntura e análise**, n. 24, Brasília: TEM/ IPEA, ago. 2004.
- NETTO, J. P. **Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.
- NUNES,D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009.
- OFFE, Claus. **Algumas contradições do Estado Social Moderno.Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**, vol. 2, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- OLIVEIRA, F. de. **Aproximações no enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Pólis/ EAESP/FGV, 2001.
- POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- POCHMANN, M. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**. São Paulo: Perseu Abramo/Cortez, 2002.
- POCHMANN, M. **Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

- PRAXÉDES, S., **Políticas Públicas de economia solidária: novas Práticas, novas metodologias** IPEA Caderno mercado de trabalho n. 39 mai/2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), **Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 81-129.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico – científico – informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SENAES, **Economia Solidária em desenvolvimento**. Brasília: Senaes/ TEM, 2003.
- SENAES, **Centros Públicos de Economia Solidária: termo de referência**. Brasília: Senaes/TEM, 2004.
- SENAES, **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE/ Senaes, 2006
- SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André R. (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000a. pp.11-28.
- SINGER, P. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA. Francisco ; COSTA, Beatriz (orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE e UCSAL, 2000b. pp.143-161.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. A. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003
- SINGER, P. **Cooperativas de trabalho**. Brasília: TEM/ Senaes, 2004.
- SINGER, P. **Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego**. Brasília: Boletim Mercado de Trabalho, n. 39, 2009.
- VICTÓRIA, L.B.G.; **O PRONINC e seu reflexo na ação social das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas**. – Pelotas: UCPEL, 2011.
- WOOD, E.M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ANEXOS

1. Qual seu nome?

Beth

2. Qual a sua idade?

42 anos

3. Com o que você trabalha aqui no salão?

Manicure

4. Até que ano da escola você estudou?

Está estudando no supletivo o segundo ano do ensino médio

5. Antes de trabalhar aqui você recebia algum tipo de ajuda do governo?

Não recebia nenhuma ajuda do governo

6. Você já trabalhava na área da estética e da beleza? Se não, com o que trabalhava antes?

Não, nunca tinha trabalhado na área, trabalhava antes como vendedora e caixa de supermercado.

7. Como você ficou sabendo do curso de profissionalização que a prefeitura ia oferecer?

Eu vim aqui na prefeitura procurar saber do curso.

8. Por que você resolveu fazer o curso?

Por que eu sempre tive vontade de trabalhar como manicure.

9. Quantas pessoas fizeram o curso com você? Por que você acha que elas não foram até o fim?

Tinha umas 16 mulheres, muitas delas não continuaram por que arranjaram emprego, foram trabalhar por conta própria.

10. Qual foi a sua primeira impressão quando você ouviu falar de economia solidária?

Entendi que era uma oportunidade de as pessoas poderem trabalhar, de ter seu próprio emprego.

11. Como surgiu este salão aqui? Quantas pessoas trabalhavam aqui no início?

Eram 6 mulheres, nós nos reunimos e depois do curso a gente decidiu fazer um grupo que chamava única, por que seriam todas donas de um único salão.

12. Você achava que era possível existir um salão assim como o que você trabalha? Qual a diferença dos outros salões que você conhece ou que você já trabalhou?

No início foi difícil, mas nós fomos nos acostumando umas com as outras, e com o trabalho em grupo.

13. Você acha que vir trabalhar aqui mudou de alguma forma a sua vida, no modo de enxergar o seu trabalho?

Mudou bastante, eu fiquei mais extrovertida, trabalhar em grupo foi bom pela troca de experiências, eu também acho que é bom a gente aprender a trabalhar sem patrão, trabalhar por nós mesmas, sem depender dos outros.

14. Você acha importante que o governo invista em programas de geração de renda assim como a Casa da Beleza?

Sim, é muito bom, por que dá oportunidade pra muita gente.

15. O que você espera para o futuro?

Eu pretendo trabalhar a domicílio, ir na casa das clientes, pretendo também terminar a escola para poder fazer o curso de podologia, para poder aprimorar o meu

1. Qual seu nome?

Joésia

2. Qual a sua idade?

40 anos

3. Com o que você trabalha aqui no salão?

Cabelereira

4. Até que ano da escola você estudou?

2º ano do colegial

5. Antes de trabalhar aqui você recebia algum tipo de ajuda do governo?

Não recebia nenhuma ajuda do governo

6. Você já trabalhava na área da estética e da beleza? Se não, com o que trabalhava antes?

Nunca havia trabalhado na área de estética, trabalhava em uma empresa como operadora de prensa.

7. Como você ficou sabendo do curso de profissionalização que a prefeitura ia oferecer?

Por que eu sempre passava em frente ao CRAS, e uma vizinha havia comentado sobre o curso.

8. Por que você resolveu fazer o curso?

Por que eu estava desempregada.

9. Quantas pessoas fizeram o curso com você? Por que você acha que elas não foram até o fim?

Eram duas etapas, na parte da manhã e na parte da tarde, eu fiz o curso na parte da manhã com mais seis meninas, algumas arranjaram emprego, outras foram trabalhar por conta própria e outras não acreditaram na capacidade que elas tinham.

10. Qual foi a sua primeira impressão quando você ouviu falar de economia solidária?

Não gostei, fui contra, não queria de jeito nenhum trabalhar no coletivo.

11. Como eles explicaram a economia solidária para vocês?

Eles explicaram que economia solidária era trabalhar no coletivo, por que no coletivo era mais fácil pra comprar, o preço ia sair bem mais baixo para cada uma pagar, só que todas iam ser donas do próprio negócio.

12. E você não gostou da ideia de ser dona do seu próprio negócio?

Eu sozinha sim, mas assim, seriam várias pessoas sendo donas de um negócio só, foi disso que eu não gostei, eu achava que ia dar muita confusão.

13. E você acha que deu muita confusão?

Então como eu te falei, no começo eu fiquei aqui no salão só um mês, eu ajudei a montar tudo, mas depois eu tive que sair por que eu fui trabalhar com o meu marido num negócio próprio que ele montou, eu briguei com ele por que eu não queria ir trabalhar com ele, por que eu estava deixando de realizar o meu sonho para realizar o dele, eu fiquei oito meses afastada, mas o negócio do meu marido não deu certo, e as meninas ficaram sabendo que eu estava parada e resolveram me chamar de volta, isso já faz uns dois meses.

14. Neste tempo que você conviveu aqui no salão, você acha que funciona um salão nos moldes da economia solidária? Todas serem donas do mesmo salão?

Funciona! Eu acho que a economia solidária foi a melhor coisa que o governo implantou, por que o governo oferece o curso gratuito, se eu fosse fazer o curso no particular ficaria muito caro, além de eles darem o curso eles deram o espaço pra gente trabalhar.

15. Você achava que era possível existir um salão assim como o que você trabalha? Qual a diferença dos outros salões que você conhece ou que você já trabalhou?

O preço, que aqui é muito mais baixo do que nos outros salões, justamente por que a prefeitura cedeu o espaço nós não pagamos aluguel, nem água nem luz, e também por se tratar de economia solidária. Quando a gente for sair daqui e for montar nosso próprio

salão nós não vamos poder cobrar o mesmo preço que aqui, por que vai ter tudo isso para pagar, nós vamos ter que embutir no preço do nosso serviço.

16. Você acha que vir trabalhar aqui mudou de alguma forma a sua vida, no modo de enxergar o seu trabalho?

Muda, muda sim, por causa do dinheiro que a gente ganha, é bom demais a gente trabalhar e poder gastar naquilo que a gente quer, ajudar o marido, e além do que você se aperfeiçoa na sua profissão.

17. Você acha que o governo deveria investir em programas como esse, que envolvem a economia solidária?

A sim, por que muitas donas de casa que entraram nessa daí de economia solidária, e muitas delas estavam até em depressão em casa, a economia solidária é uma mudança de vida.

18. O que você aprendeu no tempo em que você esteve aqui?

A profissão principalmente, e agora a equipe está nos ajudando a montar o nosso plano de negócios, para a gente saber como embutir os nossos gastos nos preços do nossos serviços, para gente saber como administrar o nosso próprio negócio.

19. E o que você espera para o seu futuro?

Montar meu próprio salão, e poder colocar gente para trabalhar nele, fazer tipo uma cooperativa, mas não eu trabalhar, eu só administrar o salão.

1. Qual o seu nome?

Lilian

2. Qual sua idade?

35 anos

3. Com o que você trabalha aqui no salão?

Manicure, depiladora e design de sobrancelha

4. Até que ano da escola você estudou?

Até a 6ª série

5. Antes de trabalhar aqui você recebia algum tipo de ajuda do governo?

Recebia o Bolsa Família, por que eu tenho dois filhos, um casal que ainda está na escola e o renda cidadã.

6. Você já trabalhava na área da estética e da beleza? Se não, com o que trabalhava antes?

Não, nunca trabalhei na área de estética, eu trabalhava como doméstica em casa de família.

7. Como você ficou sabendo do curso de profissionalização que a prefeitura ia oferecer?

Eu não queria fazer o curso, mas como eu recebia o Renda Cidadã, a assistente social conversou com a gente, para gente fazer o curso profissionalizante, pra gente não ficar a vida inteira recebendo o benefício da prefeitura, automaticamente eu fui obrigada a fazer, e por fim acabei fazendo, acabei gostando e acabei ficando.

8. Quantas pessoas fizeram o curso com você? Por que você acha que elas não foram até o fim?

Eu fiz a primeira etapa do curso, eram umas 20 meninas ao todo, a maioria delas já tinha o seu salão, elas estavam apenas se especializando e pegando o certificado.

9. Qual foi a sua primeira impressão quando você ouviu falar de economia solidária?

Eu achei legal, a ideia de trabalhar em grupo, de dividir tudo, eu achei bom. Eu é que tomei a iniciativa de começar a participar das reuniões, como para participar do projeto e montar o salão era obrigado a frequentar as reuniões, eu ia para proteger o projeto, por que eu queria que fosse pra frente, eu acreditava que poderia dar certo, eu aprendi muito fazendo o curso.

10. Como surgiu este salão aqui? Quantas pessoas trabalhavam aqui no início?

O grupo mesmo começou com oito, quando o salão foi montado, elas meninas saíram por que arranjaram um emprego melhor para ganhar mais.

11. Você achava que era possível existir um salão assim como o que você trabalha?

Eu achava que era possível sim, os outros não acreditavam, nem os professores que deram os cursos profissionalizantes pra gente acreditavam que o salão poderia ir pra frente, meu marido ria de mim e me falava que eu estava fazendo propaganda para o prefeito, me chamavam de sonhadora. Eu falava eu sou e eu acredito, tanto é que hoje eu estou aqui.

12. Qual a diferença dos outros salões que você conhece?

Tem muita diferença, por que aqui nós tivemos ótimos cursos, ótimos professores, que nos ensinaram coisas tanto na área da higiene, na limpeza, no tratamento das clientes, que em outros salões você vê que não acontece em muito salão por aí!

13. Você acha que vir trabalhar aqui mudou de alguma forma a sua vida, no modo de enxergar o seu trabalho?

Pra mim eu acho que mudou tudo, por que antes eu trabalhava como doméstica, eu vivia de baixo astral, por que por mais que você faça o seu trabalho direitinho, para as patroas nada nunca está bom, melhorou minha autoestima, minha casa melhorou, a relação com os meus filhos, as pessoas passaram a me respeitar mais. Dizem que eu sou “puxa saco” da prefeitu-

ra. mas eu aprendi muito com eles, tanto coisas boas como as coisas ruins.

14. O que você acha dessa mudança, de vocês saírem daqui?

A gente vai sentir falta, não das clientes, por que onde a gente for as clientes vem atrás, mas eu vou sentir falta do grupo, das brincadeiras que a gente tem, as vezes quando a gente chega aqui meio triste, a gente dá risada uma com a outra e acaba esquecendo dos problemas.

15. O que você espera para o futuro?

No momento minha expectativa é trabalhar sozinha, montar meu próprio salão.

16. Mas você não acha que vale apenas trabalhar em grupo, dividindo o salão com alguém?

Não, hoje eu quero trabalhar sozinha, melhor não é, mas é muito difícil trabalhar em grupo, por que você trabalhando em grupo você vai conhecendo uma a outra, e sempre tem aquele ciúmes, por que uma é melhor que a outra, uma está trabalhando mais, tem mais clientes, é normal, por que a gente é ser humano, mas quando você trabalha em grupo você aprende a tentar lidar com essas coisas, mas é muito difícil.

17. Você acha importante que o governo invista em programas de geração de renda assim como a Casa da Beleza?

É muito importante o governo investir, por que antes a gente se sentia inútil, agora é muito bom a gente poder cuidar das clientes, é inexplicável, melhora muito a autoestima da gente, e é bom que o projeto continue para dar oportunidade para outras pessoas assim como eu consegui.

1. Qual seu nome?

Silvanira.

2. Qual a sua idade?

58 anos.

3. Com o que você trabalha aqui no salão?

Trabalho como massagista.

4. Até que série você estudou?

Estudou até a 5ª série

5. Antes de trabalhar aqui você recebia algum tipo de ajuda do governo?

Sim o Bolsa Família, eu tenho uma filha estudando no terceiro ano do colegial.

6. Você já trabalhava na área da estética e da beleza? Se não, com o que trabalhava antes?

Não, eu nunca tinha trabalhado na área da estética, eu trabalhava em Buffet fazendo eventos empresariais.

7. Como você ficou sabendo do curso de profissionalização que a prefeitura ia oferecer?

Eu fiquei sabendo por uma colega, aí eu resolvi fazer a minha inscrição.

8. Por que você resolveu fazer o curso?

Para melhorar um pouco a renda, por que a gente vai ficando mais velha, vão diminuindo as oportunidades de emprego.

9. Quantas pessoas fizeram o curso com você? Por que você acha que elas não foram até o fim?

Um pouco mais de cinco meninas, muitas delas já tinham salão.

10. Qual foi a sua primeira impressão quando você ouviu falar de economia solidária?

Que era bom, trabalhar em grupo.

11. Como surgiu este salão aqui? Quantas pessoas trabalhavam aqui no início?

Eram seis meninas, a gente fez o curso da prefeitura, e depois a prefeitura cedeu o espaço para nós começarmos.

12. Você achava que era possível existir um salão assim como o que você trabalha? Qual a diferença dos outros salões que você conhece ou que você já trabalhou?

Aqui é um salão muito melhor para trabalhar.

13. Você acha que vir trabalhar aqui mudou de alguma forma a sua vida, no modo de enxergar o seu trabalho?

Eu sinto que minha vida melhorou bastante.

14. Você acha importante que o governo invista em programas de geração de renda assim como a Casa da Beleza?

Eu acho bom o governo investir nos cursos e dar oportunidade das pessoas começarem a trabalhar.

15. O que você espera para o futuro?

Eu continuo trabalhando no Buffet, pra juntar dinheiro para fazer outros cursos de massagem, que são pagos, por que eu só fiz o curso de massagem relaxante, mas o que dá mais dinheiro mesmo são os outros tipos de massagem.